

Um espaço para todos

Neste semestre, matricularam-se na UFRGS os primeiros estudantes com deficiência a ingressarem pela reserva de vagas do Programa de Ações Afirmativas. A inclusão desse público em espaços que não foram originalmente projetados para recebê-lo representa um desafio. A coordenadora do curso de Pedagogia Bilíngue, Liliane Giordani, resume bem esse contexto: “Tem muito por fazer, mas já se fez muito. Há 10 anos era bem mais difícil, com certeza”. **CadernoJU**



Desde o início do ano, José Maurício da Silva, estudante do oitavo semestre de Psicologia, circula pelos câmpus acompanhado por Calvin, seu cão-guia

ROCHELE ZANDVALLI/SECOM

ENSINO SUPERIOR

Cem anos do Manifesto de Córdoba

O documento em que a juventude exigiu o direito de ter pensamento próprio, eleger seus reitores e intervir no governo da própria instituição é hoje tido como um marco para a construção do modelo institucional e de atuação renovado nas universidades latino-americanas.



Central

SÍRIA

A guerra que persiste

Mais de 350 mil pessoas morreram desde o começo da guerra na Síria, em 2011, conforme o balanço do Observatório Sírio de Direitos Humanos. Para o embaixador Mohamad Khafif, seu país é vítima de uma conspiração de várias nações com o objetivo de enfraquecê-la, e a única chance para a paz é a saída desses países do território sírio. **P10**

POESIA

A ousadia de Florbela

Romântica e parnasiana, a portuguesa Florbela Espanca viveu em uma época em que mulher não escrevia e, se escrevesse, dificilmente publicava. A poeta é a autora escolhida pelo JU para dar início à série dos novos autores incluídos nas Leituras Obrigatórias para o Vestibular 2019. Nas próximas edições, Maria Firmina dos Reis e William Shakespeare. **P13**

CIÊNCIA

Primeiro laboratório de análise de DNA antigo no Brasil



P11

GIUSTINO DIENH/SECOM

Litoral

Novos cursos de licenciatura buscam suprir carências da rede pública **P3**

Parkinson

Oficina de dança favorece socialização e traz benefícios à saúde **P4**

Cotas

O acesso à Universidade como um direito a partir do fenótipo **P7**



Espaço da Reitoria

Suzi Alves Camey
Pró-reitora de Assuntos Estudantis

O perfil do aluno de graduação

Em novembro de 2017, o Banco Mundial lançou o relatório *Um ajuste justo: Análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil*, que considera que “os gastos públicos com o ensino superior beneficiam majoritariamente os estudantes das famílias mais ricas. Em particular, as instituições federais de ensino superior (IFES) são totalmente custeadas pelo governo federal e não cobram pelo ensino. No entanto, somente 20% dos estudantes fazem parte dos 40% mais pobres da população, ao passo que 65% integram o grupo dos 40% mais ricos” e “isso indica a necessidade de introduzir o pagamento de mensalidades em universidades públicas para as famílias mais ricas e de direcionar melhor o acesso ao financiamento estudantil para o ensino superior”. Esses dados mostram que, se o ingresso nas IFES seguisse a distribuição de renda da população brasileira, deveríamos ter mais estudantes das camadas de menor renda e menos estudantes entre aqueles de maior receita. Mas o que essas afirmações não explicitam é que o Banco Mundial usa a expressão “mais ricos” para estudantes oriundos de famílias cujas rendas per capita variam de 1,4

a até mais do que 20 salários mínimos. Sendo que entre os “mais ricos” cerca de 40% ganham menos do que dois salários mínimos. Será que esses alunos poderiam pagar suas mensalidades?

Outra informação que a instituição financeira não leva em conta ao sugerir a cobrança de mensalidade nas IFES é que o perfil de seus alunos tem caminhado para reproduzir o da população brasileira. Comparando dados da III e da IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras, podemos notar essa transição. A maior mudança foi a redução de 11% na proporção de alunos com renda per capita acima de cinco salários mínimos. O último levantamento que traçou esse perfil coletou dados em 2013, ano em que muitas universidades ainda não aplicavam o valor máximo de cotas. Espera-se que nos últimos quatro anos a distribuição de renda dos estudantes tenha se aproximado ainda mais da divisão de renda da população brasileira.

Para medir essa evolução, a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições

Federais de Ensino Superior (Andifes) e o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE) estão realizando a quinta edição dessa pesquisa. Ela também permitirá descobrir se a crise econômica afetou o perfil discente, a tendência de inclusão social e racial, a distribuição de oportunidades entre gêneros, e se as mudanças no mercado de trabalho implicaram uma alteração nas médias de trancamento, no número de evasões, na participação em programas acadêmicos, etc.

A coleta de dados será finalizada em 30 de junho de 2018. O formulário (www.perfil.ufu.br), que contém 82 perguntas sobre vida acadêmica, cultura, moradia, trabalho, renda, família, saúde, qualidade de vida e, por fim, sobre as dificuldades estudantis, é amigável e intuitivo e demora cerca de 15 minutos para ser respondido. Os dados coletados servirão de instrumentalização para a defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade. Conclamamos todos os estudantes de graduação de cursos presenciais a responder à pesquisa e toda a comunidade a incentivar a participação dos discentes!

A sua participação pode mudar a UFRGS!

Responda à pesquisa

Acesse www.perfil.ufu.br e participe!



V PESQUISA DO PERFIL
SOCIOECONOMICO E CULTURAL
DOS ESTUDANTES DE GRADUACAO
Das Universidades Federais



Carta aos leitores

A realidade é complexa e estar diante dela é um desafio. Fazer jornalismo, nesse sentido, é um constante processo reflexivo para não se deixar levar pelos simplismos, pelo maniqueísmo ou, mais ainda, pela pressa. A transição para o mês de junho foi, para o Brasil, de muitas reviravoltas, dramas e incertezas. Como um jornal mensal que se propõe à interpretação e à reflexão mais atemporal deve se posicionar diante disso? Que leitura da atualidade podemos ou devemos oferecer para contribuir para a conformação do imaginário presente e, depois, da memória? A ansiedade da produção jornalística nos impõe sempre a vontade de abandonar o que vínhamos fazendo para nos determos sobre os temas mais recentes, mas as rotinas produtivas – esta edição já estava em processo de fechamento quando as greves, locautes e outros movimentos começaram a estourar país afora – e nosso posicionamento editorial – que se pretende mais atemporal e analítico – nos puxam de volta à posição de oferecer uma interpretação posterior, ou seja, em edições futuras.

Parece, porém, que algo já nos inquietava. Tanto é que vínhamos desenvolvendo uma matéria sobre o curso de Serviço Social

da Universidade e um dos caminhos possíveis para os profissionais que escolhem essa carreira: a expressão das questões que mobilizam grupos sociais. Para além da ideia de assistência social, portanto, há uma potencialização das vontades e necessidades coletivas com fins transformadores. Nessa mesma linha, trazemos um ensaio fotográfico que joga luz sobre residentes de ocupações. Num paralelo com uma frase vista em muros da cidade: a “gente sem casa” e a “casa sem gente” se juntam nessas imagens para nos fazer pensar sobre uma contingência que vem gerando desocupações violentas e um recente incêndio seguido de desabamento.

Considerando o espectro de demandas sociais que buscam visibilidade, a capa e o Caderno JU trazem imagens e textos que apontam para a inserção de pessoas com deficiências na Universidade e os problemas enfrentados por esses indivíduos que buscam autonomia – e não concessões ou gentilezas. Nessa mesma linha, uma matéria sobre oficinas de dança que buscam inserir socialmente pessoas com mal de Parkinson e oferecem a elas benefícios físicos e psicológicos para conviverem com essa condição. Perde força, pois, a ideia da limitação; ganha espaço a busca por um cotidiano melhor.

Tratando do empoderamento, um artigo discute quem são os sujeitos que têm direito de ingressar nas universidades públicas dentro da política de cotas étnico-raciais – pessoas cujos traços físicos carregam marcas ainda vistas como negativas. Nesse mesmo sentido, um texto opinativo faz um balanço do Fórum Social Mundial e aponta suas perspectivas como instância contra-hegemônica. A reportagem sobre o Manifesto de Córdoba em seu centenário nos relembra o quanto é preciso atualizar debates de outros tempos para que as pautas não se esvaziem ou se encerrem como utopia. Apresentamos, ainda, a poesia da portuguesa Florbela Espanca, que desafiava os padrões sociais de fins do século XIX; hoje, mostra o quanto, numa história que segue privilegiando o masculino, o olhar feminino ainda é, por si só, resistência e subversão.

Completam esta edição uma análise da situação da Síria e uma matéria sobre pesquisas relativas ao DNA antigo. Dentre as boas notícias para a Universidade, destacamos as 900 vagas criadas para licenciaturas em formato EAD para atender a regiões com carência de professores.

Boa leitura!

UFRGS

UNIVERSIDADE FEDERAL
DO RIO GRANDE DO SUL
Av. Paulo Gama, 110 - Bairro Farroupilha,
Porto Alegre - RS | CEP 91046-900
Fone: (51) 3308-7000 | www.ufrgs.br

Reitor
Rui Vicente Oppermann
Vice-reitora
Jane Fraga Tutiklian
Chefe de Gabinete
João Roberto Braga de Mello
Secretário de Comunicação Social
André Iribure Rodrigues
Vice-secretária de Comunicação Social
Édina Rocha

JORNAL DA UNIVERSIDADE
Publicação mensal da Secretaria de Comunicação Social da UFRGS
Fones: (51) 3308-3368 / 3308-3497
E-mail: jornal@ufrgs.br

Conselho Editorial
Alex Niche Teixeira, Ánia Chala, Angela Terezinha de Souza Wyse, Antonio Marcos Vieira Sanseverino, Carla Maria Dal Sasso Freitas, Cida Golin, Flávio Antônio de Souza Castro, Michèle Oberson de Souza, Ricardo Schneiders da Silva, Rosa Maria Bueno Fischer
Editor chefe Everton Cardoso
Editora executiva Jacira Cabral da Silveira
Editor assistente Felipe Ewald
Repórteres Ánia Chala, Felipe Ewald, Jacira Cabral da Silveira e Samantha Klein
Projeto gráfico Juliano Bruni Pereira e Kleiton Semensatto da Costa (Caderno JU)
Diagramação Felipe Drenkmann Hackner
Repórteres fotográficos Flávio Dutra, Gustavo Diehl, Rochele Zandavalli e Ramon Moser
Revisão Antônio Falchetta
Bolsistas (Jornalismo) Bárbara Lima, Emerson Trindade Acosta, Paula Barcellos, Ricardo Santos e Vanessa Petuco
Estagiários (Jornalismo) Henrique Moretto, Natássia Ferreira e Samara Onofre
Circulação Cristiane Lipp Heidrich
Impressão Gráfica da UFRGS
Tiragem 10 mil exemplares
O JU não se responsabiliza pelas opiniões expressas pelos autores em artigos assinados.

jornaldufrgs



Câmpus Litoral Norte oferece 900 novas vagas em licenciaturas

EAD Formação de docentes em Geografia, Ciências Sociais e Pedagogia pretende suprir carência de profissionais na rede pública de ensino

Três novas licenciaturas em formato de Educação a Distância (EAD) incrementam o conjunto de cursos oferecidos pela Universidade no Câmpus Litoral Norte (CLN) a partir do segundo semestre deste ano: Geografia, Ciências Sociais e Pedagogia. São oferecidas 900 vagas no total – sendo 300 para cada curso –, distribuídas nos polos municipais de apoio presencial integrantes do sistema Universidade Aberta do Brasil, vinculado à Capes. A licenciatura em Geografia tem 60 vagas para cada um dos seguintes polos: Cerro Largo, Encantado,

Picada Café, Santana da Boa Vista e Seberi. O curso voltado para Ciências Sociais é ofertado em Arroio dos Ratos, Camargo, Imbé, Sapucaia do Sul, Sobradinho e Vila Flores, com 50 vagas para cada um dos seis polos. Já a graduação em Pedagogia, com 100 vagas para cada polo, é oferecida em Arroio dos Ratos, Balneário Pinhal e Serafina Corrêa.

De acordo com a técnica em assuntos educacionais e coordenadora do Núcleo de EAD do CLN, Nádia de Fátima Borba Martins, essas graduações atendem a necessidades específicas das regiões.

A seleção dos polos, o número de vagas e mesmo os cursos foram definidos a partir de dados informados pelas coordenadorias de Educação que integram o sistema estadual de ensino. Um exemplo disso foi o caso da Licenciatura em Ciências Sociais: as coordenadorias acusaram a carência de professores com formação específica para ministrar os componentes curriculares Filosofia e Sociologia. Contribuíram, ainda, para a definição das localidades o fato de já existirem nelas unidades de apoio ao EAD da UFRGS e também a inexistência de ofertas por outras instituições públicas de ensino superior.

Nádia esclarece, porém, que a oferta desses três cursos é temporária, como parte do Programa Especial de Graduação (PEG/UFRGS), e durará enquanto houver carência de formação de profissionais para preencher postos de trabalho. “O contato constante com as coordenadorias vai fornecer informações sobre a necessidade da rede pública”, complementa. “Os cursos a distância ofertados pela UFRGS têm a mesma construção e exigência de qualidade dos projetos pedagógicos dos cursos presenciais. Passam, inclusive, pelos mesmos

trâmites”, enfatiza a coordenadora. Para 2019, estão previstas, seguindo o mesmo modelo, licenciaturas em Matemática e em Computação e Robótica, com mais 300 vagas em cada. Atendem a editais da Universidade Aberta do Brasil/Capes que sinalizam novas licenciaturas.

As inscrições para o processo seletivo deverão ser realizadas exclusivamente pela internet, no endereço eletrônico www.ufrgs.br/coperse/cln2018 até as 23h59min do dia 20 de julho. No mesmo link, é possível acessar o Manual do Candidato com todas as informações. As inscrições via internet também poderão ser realizadas na Comissão Permanente de Seleção (Rua Ramiro Barcelos, 2.574, Portão K, Bairro Santa Cecília, Porto Alegre), no Ceclimar (Av. Tramandaí, 976 – Imbé), de segunda a sexta-feira, no horário das 9h às 12h e das 14h às 17h, no Câmpus Litoral Norte (Km 92, RS-030, 11.700, Tramandaí) e nos Polos de Apoio Presencial. Para a inscrição, são necessários fornecer o número do CPF e pagar uma taxa de 50 reais, o que deverá ser feito na rede bancária até o dia 23 de julho. É possível solicitar a isenção do valor da inscrição, conforme previsto no edital.



As vagas serão distribuídas nos polos municipais de apoio presencial vinculados ao sistema da Universidade Aberta do Brasil

LEVANTAMENTO

Pesquisa vai subsidiar políticas públicas

Os alunos da graduação da UFRGS estão convidados a participar do levantamento nacional que pretende entender quais são os perfis dos estudantes da Universidade. Com o Programa de Ações Afirmativas e a recente inclusão de cotas para pessoas com deficiências (PCDs), os dados são fundamentais para subsidiar as políticas públicas e a assistência estudantil nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). A pesquisa estará disponível até o final deste mês.

Organizada pelo Fórum dos Pró-reitores de Assistência Estudantil (FONAPRACE) e pela Andifes, a V Pesquisa Nacional de Perfil dos Graduandos das IFES/2018 tem como objetivo retratar o universo das graduações e traçar um perfil socioeconômico e cultural dos graduandos. Os estudantes podem responder ao estudo pelo endereço www.perfil.ufu.br. O link



também está disponível no portal da UFRGS: www.ufrgs.br.

Os dados vão gerar subsídios para a formulação de políticas públicas e para a análise do corpo estudantil da Universidade. Essas informações podem auxiliar nas demandas de assistência, como restaurantes universitários (RUs), benefícios para transporte e acomodação em casas estudantis. Os dados serão mantidos em sigilo, e as informações pessoais dos alunos serão utilizadas apenas para a identificação no acesso à plataforma.

EDUCAÇÃO

UFRGS recebe evento na área de finanças

A Faculdade de Ciências Econômicas (FEE) da UFRGS vai receber a XVIII *International Finance Conference (IFC)*, entre 12 e 15 de setembro. A conferência é um dos maiores eventos na área, direcionando, neste ano, os debates para a educação financeira. As inscrições estão abertas no www.internationalfinanceconference.org. Com o tema *Desafios para uma educação financeira sustentável*, o encontro terá especialistas nos setores de finanças, macroeconomia, estatísticas financeiras e auditoria, entre outros.

O diretor da FCE, professor Carlos Henrique Horn, destaca que a conferência é uma oportunidade de aprofundamento para estudantes, professores, profissionais do mercado financeiro e interessados no tema. “Na Universidade, já temos a experiência de educação financeira com a em-

presa júnior Equilíbrio Assessoria Econômica, que vem trabalhando junto à Defensoria Pública na renegociação de dívidas de pessoas de baixa renda. A educação financeira é fundamental como ensino preventivo, orientando as pessoas na hora de tomarem decisões sobre contrair ou não um empréstimo e, posteriormente, em casos de endividamento, proporcionando condições de renegociação de débitos”, ressalta.

Mais de 120 propostas de pesquisadores de áreas como econometria financeira, finanças corporativas, administração de riscos, análise e modelamento financeiro foram recebidas até o final de maio. “Vamos selecionar o maior número possível de trabalhos a serem apresentados. Além disso, os palestrantes serão anunciados em breve”, destaca o docente.



UFRGS TV

CONHECENDO A UFRGS

O que é um saber?

Encontro de Saberes é uma disciplina eletiva que convida mestres indígenas e afrodescendentes para compartilhar experiências com os alunos, promovendo uma espécie de intercâmbio cultural dentro da Universidade. Unindo professores de diferentes unidades da UFRGS, como da Faculdade de Ciências Econômicas e dos institutos de Filosofia e Ciências Humanas, de Geociências, de Artes e de Letras, a atividade promove noções de interculturalidade, diversidade cultural e pluralidade epistêmica. Para a avaliação, os alunos são convidados a realizar um projeto colaborativo e ações de intervenção social que tragam contrapartidas para as comunidades dos mestres que participaram da Encontro de Saberes.

A ideia da disciplina surgiu em 2010 na Universidade de Brasília por iniciativa do professor de Antropologia José Jorge de Carvalho. De lá para cá, o Encontro de Saberes já foi oferecido em oito universidades brasileiras e uma colombiana. Na UFRGS, a iniciativa chegou em 2016, por meio do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e Africanos da Universidade.

Para a professora Ana Tetta-manzy, os alunos procuram a atividade com o objetivo de voltar a acreditar em seus cursos e no aprendizado proporcionado pela Universidade. Ao promover diálogos interculturais, a disciplina teve papel fundamental para a formação acadêmica e pessoal dos participantes. Essa atividade fez parte da trajetória de 250 alunos de graduação e contou com a participação de 10 mestres. Neste ano, participaram do programa quatro mestres: Iara Deodoro, coreógrafa do Espaço Cultural Afrosul Odomodê; Paulo Romeu Deodoro, grão do Espaço Cultural Afrosul Odomodê; Rosângela da Silva Elias, líder do Quilombo dos Alpes; e José Cirilo Morinico, líder Guarani em Maquiné e na Lomba do Pinheiro.

Mariane Venditi, estudante do 4.º semestre de Jornalismo da UFRGS

Assista ao programa

Para saber mais sobre a disciplina Encontro de Saberes, assista ao programa *Conhecendo a UFRGS* que vai ao ar no dia 03 de julho, às 23h, com reprise no dia 05 de julho, às 18h, e 07 de junho, às 13h, na UNIT, canal 5 da NET POA. O programa também está disponível no canal do YouTube da UFRGS TV: youtube.com/ufrgstv



Para quem é a reserva de vagas nas universidades públicas?

José Carlos dos Anjos*

Os sujeitos de direito das políticas de reservas de vagas étnico-raciais das instituições públicas de ensino superior no Brasil são aqueles que, pela origem étnico-racial, são portadores de características físicas e culturais socialmente marcadas como negativas. Imagens depreciativas de traços fenotípicos negros ou de características culturais indígenas, por exemplo, causam danos substantivos ao processo de constituição das esferas pessoais de autoestima, autoconfiança e autorrespeito. O rebaixamento e a humilhação racial, características estruturais da sociedade nacional, não atingem o conjunto daqueles com ascendência não branca, mais sim o subgrupo daqueles que carregam, no presente, os traços físicos e culturais depreciados. Sendo assim, a política de reparação dos efeitos de desigualdades socioeconômicas geradas pela escravidão precisa ser relativamente descolada das políticas mais urgentes de minimização dos danos atuais do racismo.

Subjaz à política de reserva de vagas a presunção de que a constituição de experiências subjetivas derivadas da segregação e desqualificação racial não apenas criam obstáculos subjetivos ao acesso de indivíduos às universidades, como restringe os espaços de recrutamento dessas instituições. O enriquecimento da interação entre o sistema acadêmico e seu ambiente étnico-racial é a principal vantagem da política para a instituição. Entendido dessa forma, o que o sistema universitário ganha com as políticas de cotas é uma maior eficiência na relação sistema-ambiente. Como professor de uma dessas instituições, tenho minhas condições de trabalho enriquecidas pela existência de turmas muito menos homogêneas racialmente. Mas isso está longe de ser uma política compro-

metida com um sentido histórico de justiça que tem como horizonte a escravidão. O que defendo neste curto espaço é que políticas de reparação histórica atingiriam o conjunto das pessoas marcadas em dimensões socioeconômicas pela ascendência escrava, mas as políticas de cotas em universidades devem atingir apenas o segmento fenotipicamente marcado. Trata-se de uma política de alcance limitado que o sistema acadêmico brasileiro tem condições de implementar e não de uma política visando a uma justiça social histórica – o que escapa ao âmbito de possibilidades de coordenação de ações desse sistema.

Dadas as particularidades do racismo no Brasil, as instituições de ensino superior que se propõem a adotar ou consolidar as políticas de reservas de vagas para afro-brasileiros deveriam, a meu ver, institucionalizar algumas dimensões do processo, de modo a minimizar a avalanche de fraudes:

1. A política não visa compensar danos causados pelo racismo ou pela escravidão a ancestrais dos postulantes, mas favorecer jovens talentosos, com potenciais de contribuição para o enriquecimento das ciências e que, por suas trajetórias marcadas por um racismo presente e atuante, tenderiam a ser excluídos das possibilidades de continuarem seus estudos em fases do ensino superior.

2. Só interessa à instituição compensar na modalidade da reserva de vagas aqueles que carregam traços de fenótipo negro passíveis de apreciações racistas. Não está em jogo para a instituição a definição de quem pode ou não se autodeclarar negro. Nesse ponto, se impõe pensar que o fenômeno da conformação racial de um segmento da nação é dinâmico e resulta da ampliação ou do estrangulamento das lutas por reconhecimento. A lógica da instituição deve ser a da remoção de obstáculos à diversificação de seu

espaço étnico-racial de recrutamento como condição de enriquecimento institucional. O sentido de justiça em jogo é presentista, limitado e articulado às próprias estratégias de eficiência da instituição.

3. A autodefinição racial é uma peça inalienável e inquestionável, mas se constitui um documento num conjunto que configura um dossiê. Não faz sentido, portanto, um comitê de heterodefinição que designe quem é ou não negro. O que a instituição deve assegurar para si é o direito de definir um subconjunto no universo dos postulantes que se autodeclararam pretos ou pardos.

4. Não se propõe criar uma instituição de aferição racial, mas uma instância de diálogo sobre as situações de racismo vivenciadas por postulantes com fenótipos considerados racialmente ambíguos. Entendendo que as vivências de racismo podem ser encenadas em espaços de diálogos, as performances mais ou menos bem-sucedidas podem ser avaliadas por um conjunto de peritos da instituição junto com militantes reconhecidos da luta antirracista com vistas à definição dialógica das propriedades e dos atributos que alegadamente contribuíram para situações de segregação, discriminação ou injúria racial. Obviamente marcas de pertencimento de classe reforçam marcadores de fenótipo, mas o diálogo pode permitir discernir quando o fenótipo é o marcador decisivo das situações relatadas pelos candidatos situados em posições ambíguas quanto à linha de cor.

A instância dialógica de performatização de situações de racismo deve estar aberta e se comprometer com um processo de aprendizado com as situações de racismo que configuram cada dossiê. Por performance, entenda-se um comportamento comunicativo pelo qual um indivíduo assume a responsabilidade perante outrem. Na medida

em que uma performance impõe ao público um assentimento baseado num aprendizado, a abertura é condição para que essa instância seja efetivamente dialógica, e não um simples júri. Isso não significa, contudo, que o final de todos os processos conflitantes deva ser consensual. A rejeição à alegação de que uma situação narrada seja verdadeira ou de que o fenótipo tenha sido decisivo na sua definição é um dos desfechos possíveis, e isto deve ser esclarecido ao postulante de início. Assim como deve ser esclarecido que se trata não de avaliar o pertencimento racial, mas de se analisar colaborativamente se, em alguma circunstância, traços de fenótipo associados à raça negra foram usados. Por se tratar de uma instância que preserva a ética do diálogo, não faz sentido que entre o pretendente e a comissão não se desenvolva uma interação substantiva numa conversa aberta, baseada na presunção da sinceridade, objetividade e competência expressiva de todos os interlocutores, o que é pré-condição para o aprendizado pessoal e institucional.

Políticas de reparação dos efeitos passados do racismo e da escravidão são mais do que necessárias, são urgentes na cada vez mais exigente demanda por repactuação da nação. Mas políticas de reserva de vagas nas universidades não fazem parte da agenda da costura nacional a ser negociada a não ser de forma alusiva e como pré-condição à formação de interlocutores audíveis para a cultura dominante. A confusão entre os dois horizontes de justiça racial tem impedido o amadurecimento consistente da política de reserva de vagas nas universidades.

* Antropólogo e professor nos Programas de Pós-Graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da UFRGS

ROCHELE ZANDAVALLI/ARQUIVO SECOM - NOVEMBRO/2017



Alunos, professores e funcionários negros reunidos para a foto coletiva produzida em 20 de novembro do ano passado, data em que se comemora o Dia da Consciência Negra

Perspectivas para um outro mundo possível

Alfredo Alejandro Gugliano*

A felicidade foi uma das inúmeras promessas não cumpridas pela modernidade. A crença de que o progresso levaria a sociedade a um patamar superior, situação na qual haveria um esforço consciente – racional – visando constituir o melhor dos mundos para todos, fracassou diante da modernização econômica. O mundo, no início do século XXI, se manteve como um espaço desigual no qual as fomes, as guerras, a persistência das mais diferentes formas de discriminação, de distintas maneiras de exploração, continuaram predominantes.

Esse contexto instigou a fundação do Fórum Social Mundial e sua realização numa cidade que, naquele momento, simbolizava o empoderamento popular: Porto Alegre e seu orçamento participativo. A proposta surgiu em 2001, ano no qual, frente a alguns indícios do esgotamento da era neoliberal, sentiu-se a necessidade de organizar um ponto de encontro entre múltiplos setores, representando vários países, unidos pelo questionamento às condições de vida vigentes na sociedade moderna. Uma perspectiva traduzida no slogan que alimentou os debates do primeiro encontro internacional: “um outro mundo possível”.

“O Fórum deve fortalecer um papel proeminente em termos da implementação de movimentos que internacionalizem e unifiquem as lutas nacionais voltadas para o desenvolvimento de uma maior justiça social”

Nasceu, portanto, de um momento de êxtase, quando existia a crença na evolução de um movimento mundial de conscientização da sociedade e crescimento de alternativas políticas que, por intermédio das lutas sociais, visavam recolocar as pessoas e suas necessidades, à frente dos anseios do mercado econômico, atacando o predomínio de lucros exorbitantes e a concentração mundial de renda nas mãos de uma pequena elite.

Nesse sentido, o Fórum Social Mundial veio para ocupar um espaço de articulação entre diversos agrupamentos políticos que, desde diferentes pontos de vista, criticavam o desenvolvimento da sociedade capitalista. Um modelo social identificado, muito especialmente na sua atual fase de financeirização, com o predomínio de um capital improdutivo, o agravamento da desigualdade social e a ampliação dos efeitos negativos de um progresso econômico desenfreado, com evidentes sequelas sobre o meio ambiente do planeta.

Mais de três lustros após a sua fundação, pode-se evidenciar o êxito da iniciativa do Fórum, de maneira especial em termos de articulação dessa diversidade de agrupamentos políticos. Desde a sua primeira edição, quando participaram vinte mil pessoas, os números de participantes nas reuniões anuais não param de crescer.

Na última edição da reunião, ocorrida em Salvador, em fevereiro passado, por exemplo, foram contabilizados oitenta mil participantes, representando cento e vinte países de diversos continentes. Inscreveram-se seis mil organizações vinculadas à sociedade civil, também movimentos sociais, concentrados em mais de duas mil atividades. Praticamente todas as iniciativas realizadas foram autogestionadas.

Um esforço nada desprezível se considerarmos o fato de a reunião ter se realizado no Brasil, país no qual vêm ocorrendo várias medidas que apontam para um retrocesso no processo de democratização, e num contexto – diferente daquele que marcou a fundação da proposta – no qual acontece uma reviravolta na política internacional, agora capitaneada por governos e partidos políticos que não apenas propagam políticas neoliberais, mas igualmente comungam uma crença neoconservadora que impõe retrocessos socioculturais em diversas nações.

Os números dessa última edição do Fórum Social Mundial são, sem sombra de dúvida, impressionantes. E a reunião parece já estar firmada como um ponto de encontro anual entre militantes e ativistas sociais. Contudo, alguns dilemas continuam abertos.

Diante deste novo momento político, no qual renascem as manifestações de massa inspiradas em bandeiras conservadoras, como aquelas levadas adiante por organizações racistas anti-imigrantes na Europa, o Fórum deve fortalecer um papel proeminente em termos de implementação de movimentos que internacionalizem e unifiquem as lutas nacionais voltadas para o desenvolvimento de uma maior justiça social.

Assim sendo, fica perceptível a premissa de um debate mais estendido envolvendo as diferentes possibilidades de expansão do Fórum nos próximos anos.

Entre as questões a serem consideradas, uma primeira se relaciona à necessidade de decidir entre um foco voltado a privilegiar ações de resistência ao neoliberalismo ou, pelo contrário, dirigido a priorizar uma estratégia de reação centrada num projeto alternativo de organização da sociedade. Isto é: entre apresentar um programa minimamente estruturado que represente um projeto sociopolítico concreto, visando ao desenvolvimento social, ou adotar a estratégia de centrar energias em resistir e defender, em cada país, as conquistas realizadas. E aqui não há dúvidas de que, diante da onda conservadora, resistir é preciso. Contudo, abundam incertezas sobre se, diante do avanço de forças políticas muitas vezes reacionárias, devemos perder de vista a necessidade de apresentar alternativas, projetos capazes de produzir novas formas de organização da sociedade.

A segunda questão diz respeito a um tema especialmente caro para os setores que adotam um pensamento emancipa-



Marcha de abertura do Fórum Social Mundial realizado em 2012 na capital

tório: a discussão sobre os fundamentos da esfera pública e o desenvolvimento de espaços deliberativos de organização. Diretamente relacionado a isso se encontra a perspectiva de caracterizar o Fórum, principalmente, como um espaço de debate social, a forma como atualmente vem sendo realizada a reunião ou, diferentemente disso, enquanto uma ágora internacional que conforme um espaço de debate, mas também de deliberação política efetiva entre seus participantes.

Por um lado, a ideia de que o Fórum Social Mundial deva continuar sendo especificamente um espaço de diálogo, um local no qual os ativistas possam trocar ideias, é importante em termos de potencializar a geração de acordos baseados em pontos em comum. Por outro, a caracterização de que os debates políticos do Fórum devam ser canalizados para um programa de ação, uma pauta de mobilização que possa ser compartilhada por ativistas de todos os continentes, pode vir a cumprir um papel fundamental em termos de uma maior organicidade dos debates realizados.

Essas são questões, em boa medida, relacionadas com a concepção do evento e sua capacidade de potencializar as lutas sociais por um mundo melhor em escala internacional. Algo, por sua vez,

diretamente conexo com a urgência em fortalecer o desenvolvimento de encontros temáticos específicos, como o Fórum Social Mundial da Saúde; o Fórum Social Mundial da População Idosa; Fórum Social Mundial da Saúde e Seguridade Social; Fórum Social Mundial de Migrações; Fórum Social Mundial da Educação, assim como os fóruns regionais e nacionais, entre outros, visando descentralizar os principais programas de ação.

De um modo geral, o Fórum é um patrimônio que veio para ficar. Não faltam indícios de que nos próximos anos teremos outras reuniões internacionais, com grande adesão de ativistas sociais. Contudo, é necessário aprofundar os debates sobre a melhor forma dessa atividade canalizar as energias dos milhares de militantes que, anualmente, participam de seus encontros. Quiçá seja o momento de reanimar a ideia que originou a proposta de um fórum social, a caracterização de que não devemos reduzir nossas expectativas ao atual modelo predatório no qual vivemos, a defesa de que um outro mundo é possível. Mas não possível apenas num futuro distante. Outro mundo é possível aqui e agora.

* Professor do Departamento em Ciência Política da UFRGS



Pela expressão de demandas sociais

Extensão Programa do curso de Serviço Social presta assessoria a movimentos

“Na Ocupação Recanto da Alegria, a maior parte das mulheres não terminou o ensino fundamental, não tem conhecimento dos seus direitos, são chefes de família, não conseguem pôr seus filhos em creches e sofrem com a violência institucional contra a mulher”, descreve Nataniele Almada, militante do Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) e do Movimento de Mulheres Olga Benário. Pensando nessas questões, Nataniele, junto com os movimentos, busca realizar oficinas e projetos para melhorar esse panorama.

Localizada no bairro Humaitá, a Ocupação Recanto da Alegria abriga cerca de 80 famílias há mais de um ano. De acordo com Nataniele, muitas moradoras da Ocupação já passaram por algum tipo de violência – verbal, física, psicológica, estrutural, legal. Frente a esse cenário, a militante cita a importância de se organizarem oficinas sobre direitos das mulheres, para que as ocupantes tomem consciência da parte da legislação que lhes toca. Além disso, existe entre todos os moradores o desejo de realizar o Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja), a fim de receber o certificado de conclusão dos ensinos fundamental e médio. “No entanto, muitos não dispõem de tempo para estudar e se preparar para a prova, porque não têm onde deixar os filhos, por exemplo”, observa Nataniele. Para isso, seria preciso realizar uma aproximação da escola com a Ocupação. Essas são algumas das demandas feitas pelos moradores ao MLB que resultaram no contato com o programa de extensão Movimentos Sociais e Serviço Social da UFRGS.

Na prática – “São competências do assistente social a assessoria e o acompanhamento dos movimentos sociais, e essa área de atuação é muito especial para a nossa profissão, no âmbito tanto da formação quanto do trabalho profissional”, explica a coordenadora do projeto e professora do Departamento de Serviço Social (DSS-SSO), Mailiz Garibotti. Com essa avaliação, Mailiz e outros dois docentes, Tiago Martinelli e Solange dos Santos Silva, implementaram em 2017 o programa de extensão com o propósito de fornecer apoio a movimentos e lutas sociais, bem como de discutir e estudar sua relação com o Serviço Social.

A iniciativa consiste em realizar atividades, como grupos de estudos, mais voltadas para seus membros, e cine debates abertos

ao público. “Essas ações são planejadas para acontecer pelo menos uma vez por mês, e nós vamos tematizando questões que estão relacionadas com os movimentos sociais e com as lutas sociais”, descreve Mailiz. Ocupações e Reforma Urbana, a Mulher na União de Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), Estudantes Secundaristas e Mulheres e Lutas Sociais foram os temas norteadores dos cine debates promovidos pelo grupo.

Ao final de 2017, o programa também produziu um folder intitulado “Vamos nos manifestar? O que você precisa saber para ir às ruas”, com base nos debates e trabalhos desenvolvidos no grupo de estudos. “Esse material tem a finalidade de socializar informações no âmbito dos direitos daqueles que vão para as ruas se manifestar”, expõe Mailiz. E acrescenta: “Muitas das nossas discussões apontavam a conjuntura que nós estamos vivendo e a necessidade de que se trabalhasse no âmbito de uma mobilização, do incentivo às manifestações, em resposta a esse contexto”.

Outra atividade realizada pelo programa é a de assessoria e acompanhamento de movimentos e articulação no âmbito das lutas sociais. “Fazíamos mais encontros de estudos sobre os movimentos sociais, então, chegou um momento em que nós pensamos: ‘bom, agora é a hora de fazermos a nossa parte na extensão’”, conta a estudante do terceiro semestre de Serviço Social e extensionista do programa Jessica Flores Mizoguchi. Foi então que o grupo propôs parcerias com movimentos como o dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas (MLB) – a partir da Ocupação Lanceiros Negros – e o de Mulheres Olga Benário – pela Ocupação Mulheres Mirabal. Tanto os movimentos vieram à universidade quanto o programa de extensão foi ao encontro dos movimentos.

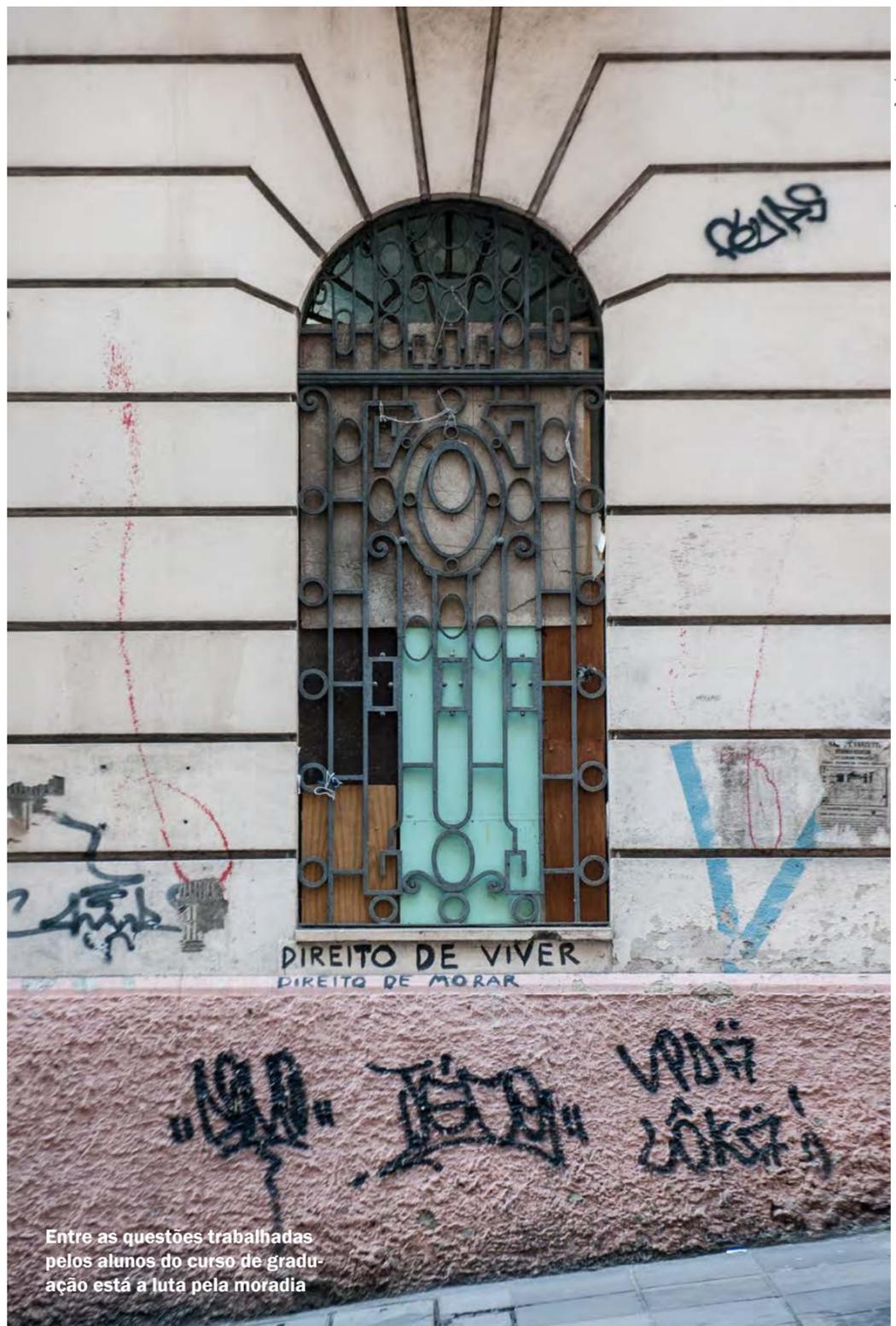
Uma das ações realizadas foi um curso de formação na brinquedoteca da Faculdade de Educação para os moradores da Ocupação Lanceiros Negros. No entanto, logo em seguida, o movimento sofreu o segundo processo de reintegração de posse. “Quando as coisas estavam para se concretizar, houve o desalojamento da Lanceiros Negros, e isso fragilizou toda essa parceria, mas as oficinas seguem como um projeto a ser concretizado neste ano, a partir, inclusive, do espaço da Mulheres Mirabal”, planeja Jessica.

Novo enfoque – “Nós, estudantes e profissionais do Serviço Social, atuamos e temos como objeto principal o que chamamos de expressões da questão social. Isso quer dizer que entendemos que uma série de problemas da sociedade, como a desigualdade, a violência, o desemprego, surge da desigualdade que se tem entre o capital e o trabalho”, explica Poliana Einsfeld da Silva, estudante do nono semestre de Serviço Social e extensionista do programa. No entanto, essa aproximação da profissão às questões sociais pode ser considerada bastante recente. Segundo a professora Mailiz, a

carreira surgiu da especialização das caridades feitas pela Igreja Católica no Brasil e do incentivo que, no início do século XX, as entidades religiosas promoveram aos leigos no sentido de participarem dessa caridade. Inclusive foram feitas capacitações para esse laicado, originando as primeiras escolas e universidades de Serviço Social. “Nessa época, os assistentes sociais ainda vinham trabalhar predominantemente em instituições religiosas e aos poucos começaram a atuar em alguns serviços públicos de atendimento, mas que ainda eram pouquíssimos”, descreve Mailiz.

Esse perfil tradicional vai começar a ser questionado nas décadas de 1960 e 1970, quando o Serviço Social passa a se articular mais no atendimento às mobilizações sociais divergentes à ditadura militar. Então, segundo Mailiz, os profissionais da área foram se dando conta de que “deveriam se posicionar ao lado da classe trabalhadora, dos movimentos contestatórios da ordem vigente e dos interesses do Estado e da burguesia brasileira”, acentua.

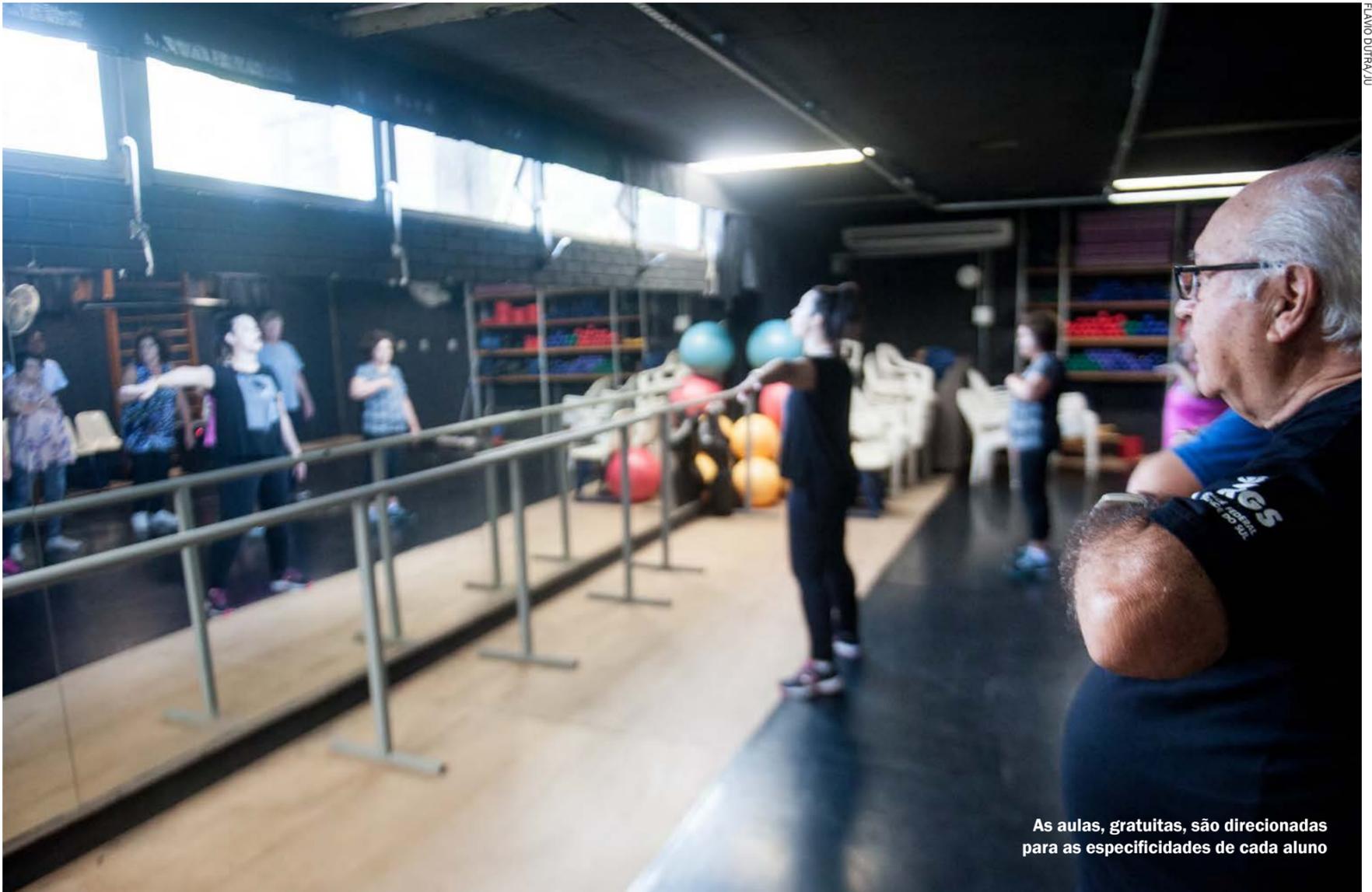
Vanessa Petuco,
estudante do 6.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Entre as questões trabalhadas pelos alunos do curso de graduação está a luta pela moradia



O lado terapêutico de dançar



As aulas, gratuitas, são direcionadas para as especificidades de cada aluno

Saúde Estudo emprega a dança para beneficiar pacientes com mal de Parkinson

Na sala sete do Centro Natatório da Escola de Educação Física, Fisioterapia e Dança (Esefid), duas vezes por semana, pessoas com Parkinson são recebidas para atividades de dança. As aulas, gratuitas, são direcionadas para as especificidades de cada aluno. O local é equipado com cadeiras, bolas de ginástica, pesos, barra de balé, espelho inteiro em uma parede, e o chão é antiderrapante. Num primeiro momento, os alunos são dispostos em cadeiras, fazendo um círculo, para o alongamento. E sempre, no começo e no final das aulas, é respondido o questionário da escala BORG, que é adotada para medir o nível de esforço percebido por cada indivíduo naquele dia. Nesse primeiro momento, a professora faz uso de uma música mais lenta para relaxar e adequar-se ao ritmo do aquecimento. Na sequência, é utilizada a barra, instrumento comum ao balé, e nessa parte da aula são feitos exercícios de equilíbrio, exercício para a mobilidade e transferência de peso. Os encontros duram uma hora, com intervalo para descanso. Dona Elói Feijó da Silva, aluna há dois anos do projeto, com seus 84 anos, sem se deixar cansar, acompanha cada passo do forró que embala as atividades e destaca: “Melhorei bastante.

O exercício me fez muito bem. Acho os alongamentos melhores”.

As atividades práticas são coordenadas pela professora Aline Haas, do curso de Licenciatura em Dança da UFRGS, que começou a pesquisar seus efeitos sobre doenças neurológicas em 2011. O trabalho de revisão sistemática é elaborado pela mestrande em Ciência do Movimento Humano Marcela Delabary. O estudo teórico começou em 2015, quando as pesquisadoras buscaram na literatura a respeito dos benefícios dessa prática para pacientes, ou seja, sobre os desfechos quantitativos, por exemplo: mobilidade, qualidade da marcha, velocidade da caminhada, mobilidade funcional (caminhar e ter equilíbrio ao mesmo tempo).

Conhecimento subjetivo – Nas atividades práticas do estudo, são trabalhados muitos estilos de música ao longo da aula – músicas ritmadas, passos de dança. “Em estudos de revisão sistemática, encontramos os estilos tango e valsa; a gente resolveu trazer para a cultura brasileira (samba e forró) a fim de também evidenciar a memória afetiva”, explica Marcela.

Pela revisão sistemática, a mestrande trabalha com duas

vertentes. A primeira é mais subjetiva e destaca, por exemplo, que no início do ano os pacientes se apresentam mais cabisbaixos, vestem roupas mais neutras e com cores claras e, no decorrer das aulas, se mostram mais animados e passam a usar roupas mais coloridas. Por ser uma pesquisa quantitativa, ainda não há como mensurar essas melhoras, senão através da observação e de relatos individuais. “A extensão proporciona essa parte mais qualitativa, de depoimento informal. É quando eles falam: ‘Ah, hoje eu não tremi!’ Então, isso que chamamos de um conhecimento ainda subjetivo vem muito de depoimentos que não estão organizados até este momento em forma de pesquisa”, explica Aline.

Num primeiro estudo, as pesquisadoras utilizaram o instrumento PDQ 39, que é um questionário específico para medir a qualidade de vida de pessoas com mal de Parkinson. Por meio desse instrumento, dividiram os pacientes em dois grupos: os que faziam dança e os que não faziam. Observaram-se esses dois grupos por três meses consecutivos. Foi, então, constatado que a dança proporciona domínios que, segundo as pesquisadoras, são sociais e motores. “A socialização tem nos

chamado bastante a atenção, por exemplo: na dança, tu convives com o outro, tem contato com o outro, tu tens a música que te motiva, o ritmo que é um fator bem importante para quem tem Parkinson”, destacam as pesquisadoras. O instrumento demonstrou que o grupo que praticava a dança desenvolveu mais a socialização do que o que não a praticava. A mensuração se dá pela percepção subjetiva da pessoa.

Qualidade de vida – Maria Guiomar da Silveira, 64 anos, quando descobriu a doença em 2013, se fechou para o mundo. “Não aceitei, entrei em choque. Pensamos que aquilo nunca vai acontecer com a gente.” Ela superou a depressão e voltou para o convívio em sociedade. As aulas de dança e a convivência com outras pessoas têm contribuído para a melhora de Maria Guiomar: “O convívio tem ajudado porque cada um conta como se sente. Quando me aposentei, ficava só em casa muito deprimida, então, quando vim para cá, me expandi mais. As aulas são muito importantes para mim”. Outro aluno que sentiu melhoras na qualidade de vida foi Elder Rocha Medina. Um bom dia para ele é não tremer muito. Com 46 anos de

idade, está desde 2017 no projeto. Elder destaca a importância das atividades para seu dia a dia. “Melhorei a respiração, o condicionamento físico com os alongamentos e a dança.” A doença não o impede de trabalhar como autônomo, exercendo três atividades diferentes: é professor de dança tradicionalista gaúcha, massagista e ajuda a cuidar de crianças na Casa do Menino Jesus de Praga.

Ao final das aulas, é feito um encerramento de forma mais livre e descontraída. À semelhança de o “chefe manda”, é um circuito que ajuda a estimular a coordenação motora e a memória. Nesse exercício, cada participante deve criar um movimento, e os outros deverão segui-lo. Novamente o questionário da escala BORG é respondido, e as atividades sempre se encerram com uma mensagem de superação e incentivo. “Tudo em que a gente for se doar, que seja o máximo sempre. Cada vez que a gente vem aqui ou vá fazer algo na nossa vida que a gente se doe o máximo. No mínimo ... no mínimo o máximo!”, puxava o coro a professora Rebeca Donida.

Natássia Ferreira,
estudante do 6.º semestre de
Jornalismo da UFRGS

Um grito que resi

TEXTO ÂNIA CHALA FOTOS UNIVERSIDAD NACIONAL

Memória

O sentido e a herança do movimento estudantil que sacudiu as universidades na América Latina e que ainda suscita reflexões

Em pleno século XXI, é inegável a atualidade de algumas das demandas apresentadas pelo movimento estudantil cordobês há 100 anos, entre elas a crítica ao exercício da autoridade universitária e a exigência da revogação de princípios que impediam, mais do que a participação na administração, o desenvolvimento acadêmico.

No mês em que se completa um século da publicação do documento – tido como um marco na história das universidades latino-americanas pelo pioneirismo na construção de um modelo institucional que atribuiu uma identidade e um modo de atuação renovado no ensino superior –, o JU apresenta uma análise do significado do Manifesto de Córdoba e de sua importância para o conjunto das universidades na América Latina e no Brasil.

Histórico – Em 1918, a Universidade de Córdoba preservava ainda algumas das características do período colonial. A ligação com os jesuítas e a resistência a mudanças durante as lutas pela independência da coroa espanhola fizeram com que o conservadorismo fosse a marca principal da Universidade e da cidade. Movidos pela indignação contra um sistema arcaico e opressor, os universitários iniciaram uma greve geral em 31 de março daquele ano. O movimento resultou na criação da Federação Universitária Argentina, com a organização de jovens de todo país em torno das demandas expostas em Córdoba. Seguiu-se a intervenção federal decretada

pelo presidente Hipólito Yrigoyen, em 11 de abril, a nomeação de um interventor e a redação de um novo estatuto que alterava a imobilidade dos corpos diretivos da instituição e o caráter vitalício dos conselhos das três faculdades existentes: Medicina, Direito e Engenharia. Foram declarados vagos os cargos de reitor e de membros do Conselho da Universidade, e os candidatos apoiados pelos estudantes obtiveram a maioria dos votos na eleição para o Conselho, ocorrida em 28 de maio. O cargo de reitor, entretanto, foi alvo de uma disputa com resultado desastroso para os estudantes, pois venceu o mais conservador entre os concorrentes.

Assim, ficou claro que as mudanças não haviam estabelecido uma democracia universitária nem uma transformação em relação às estruturas internas de poder. Os estudantes decretaram greve por tempo indeterminado, e o movimento se expandiu, conquistando apoio de sindicatos, políticos de esquerda e intelectuais. Em 21 de junho de 1918, os estudantes aprovam o Manifesto de Córdoba – texto redigido e assinado por alguns dos dirigentes da Federação Universitária de Córdoba (FUC), que havia sido fundada em 18 de maio daquele ano.

Para a professora do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGEDU) da UFRGS Maria Ely Herz Genro, um dos estopins do movimento foi a mobilização dos estudantes de Medicina contra o fechamento dos internatos. “A classe média chegava à Universidade e havia um fluxo de imigrantes europeus com influência dos pensamentos anarquista e marxista. A essa reivindicação se juntaram outras demandas não atendidas de maneira que novas mentalidades, novos sujeitos foram inseridos no ambiente universitário latino-americano.”

Ambiente – Henrique Safady Maffei, mestrando do PPGEDU-UFRGS, chama a atenção para o momento de ebulição mundial registrado na época do lançamento do Manifesto: “A Primeira Guerra caminhava para o seu final e a Revolução Russa havia ocorrido apenas seis meses antes. Havia uma busca de alternativas para uma situação que era de destruição. Por isso, o movimento pela reforma teve uma acolhida muito forte em um governo que era liberal e reformador.

Yrigoyen queria desenvolver o país em outros patamares, mais democráticos, tanto é que o ministro da Educação da Argentina viria a ser reitor da Universidade de Córdoba após a reforma.”

Denise Leite, também professora do PPGEDU e secretária Regional para a América Latina e Caribe da Rede Universitária Global para Inovação da Unesco, assinala que a luta dos estudantes de Córdoba foi contra um regime administrativo de gestão da universidade, mas, também, contra métodos de ensino e conceitos ultrapassados. “Foi uma luta por um novo governo universitário, distante da forma criticada de poder autocrático e clerical. A juventude não pedia, exigia o direito de ter pensamento próprio, de eleger seus reitores, de intervir no governo da própria casa”, afirma, destacando que, embora o estopim em Córdoba tenha sido a eleição para reitor, há que se considerar que as mudanças reivindicadas, as reformas educativas eram tanto políticas como sociais.

“A juventude universitária de Córdoba afirma que jamais fez questão de nomes nem de empregos. Levantou-se contra um regime administrativo, contra um método docente, contra um conceito de autoridade.”

*Manifesto de Córdoba
21 de junho de 1918*

Maria Ely ressalta que, no âmbito nacional da sociedade argentina, a universidade mantinha características das instituições medievais. A ciência e a produção de conhecimento ainda estavam vinculadas a uma estrutura de poder de uma aristocracia, com um modelo conservador de sociedade. Havia uma hierarquia muito rígida, uma concentração de poder nas mãos dos professores catedráticos, que

foi o elemento que deflagrou o movimento. Entre as reivindicações estudantis estavam a instituição de cátedras livres e uma maior participação estudantil na gestão da universidade, questões que, na visão da professora, estavam inseridas em um projeto de autonomia universitária. “Além disso, havia ainda a questão de um ensino anacrônico, no qual o debate livre das ideias era interdito. O professor catedrático detinha o monopólio do saber e ocupava o cargo de forma vitalícia, sendo escolhido pelos gestores da universidade. Comparando com a situação atual, não havia ingresso docente por concurso público. Ao redor desse catedrático, orbitavam seus discípulos. Assim, essa figura concentrava poder de gestão e poder sobre o conhecimento”, critica.

Ela avalia ainda que houve uma adesão intensa em função de vários movimentos sociais terem apoiado os estudantes. “Vale lembrar que, pela primeira vez, havia sido instituído o voto universal masculino. Por outro lado, na Argentina, a

uma cadeia de transmissão, “uma autêntica pedagogia que, atravessando o século, ensinou ao mundo que era possível outro modelo de universidade – a universidade crítica latino-americana e caribenha”. Para a pesquisadora, essa universidade se distingue de outras no mundo por entender o público como um espaço de contínua abertura à emergência do novo, do que ainda não está conhecido e que defende a democracia praticando-a, dentro e fora da sala de aula, como o disseram os estudantes de 1918.

Maria Ely acha importante entender Córdoba não como uma lição, mas como uma inspiração, pois muitas de suas demandas continuam não resolvidas pelas universidades. “Quanto à questão da autonomia, por exemplo, não há ainda eleições diretas para reitor. Isso tem relação com a autonomia. No quesito da gestão financeira, as universidades igualmente seguem não podendo decidir como aplicar seus recursos da melhor forma. E também a autonomia não pode ser desvinculada da missão social, pois isso tem a ver com o Manifesto”, observa, acrescentando que é preciso pensar em uma universidade não encastelada em sua torre de marfim, mas atenta às questões de nosso tempo, “tendo um papel de contribuição para solucionar as demandas que envolvem as políticas públicas, a superação da desigualdade, enfim, uma instituição não só reprodutora, mas que atue de modo propositivo”, reitera.

Ecos no presente – Ao analisar a ressonância do movimento estudantil em nosso país, Denise recorda que no início do século passado “as oportunidades de estudo superior inexistiam para as camadas mais amplas e desfavorecidas da população brasileira. Ainda assim atingiu o Brasil, embora à época o país tivesse apenas faculdades e escolas superiores. Havia, contudo, um movimento estudantil em gestação. Em 1928, dez anos após o grito de Córdoba, foi lançado o Manifesto dos estudantes brasileiros do Rio de Janeiro a seus companheiros do país. Dentre os seus postulados, o documento trazia a extensão universitária ‘em comunicação direta com a imensa massa trabalhadora, impossibilitada de saldar as valias onerosas de taxas e tributos absurdos que convertem os estabelecimentos superiores

ste

AL DE CÓRDOBA / ACERVO

em monopólio das classes privilegiadas'. O manifesto brasileiro reforçava a pauta dos movimentos estudantis nascentes na luta por espaço nos conselhos diretivos das faculdades". A professora completa observando que, a partir de 1929-1930, os estudantes que haviam participado das campanhas abolicionista e republicana passaram a reivindicar direitos civis, direitos de eleição, direitos de decidir sobre o ensino nas escolas.

Essa leitura é corroborada por Maria Ely, para quem, naquele momento, o Manifesto falava em levar o conhecimento à sociedade, o que refletia ainda uma relação vertical. "Hoje, além de socializar o que se produz na Universidade, também se busca inserir nela outros saberes, dentro da ideia de ecologia de saberes defendida por Boaventura de Souza Santos, para quem existem saberes que têm valor e que devem ser incorporados ao conhecimento. Nesse sentido, Córdoba contribuiu para que pensemos determinadas pautas que são contemporâneas e que devem ser ampliadas, adquirindo novos significados", conclui.

Denise acredita que em Córdoba tivemos aquilo que Darcy Ribeiro chamou de revolucionários consequentes. Nesse sentido, a docente considera que a Reforma de Córdoba, por sua pedagogia, é o maior e mais íntegro legado político-pedagógico universitário latino-americano. "Frente a ela, durante 100 anos, somos eternos estudantes", sentencia.

Já Henrique aponta que talvez a demanda mais inovadora do Manifesto tenha sido o livre ingresso na universidade, que qualquer um pudesse assistir às aulas, mesmo sem ser aluno. "Um século depois isso ainda é uma coisa extremamente revolucionária." Ele acrescenta que outro aspecto muito atual, e que apresenta certa unidade com as formas de luta estudantil de hoje, é o método das ocupações: "Em Córdoba, primeiro, houve uma greve, depois a ocupação da universidade. Inicialmente, os estudantes paralisaram as atividades; na sequência, ocuparam a reitoria e outros prédios. Depois, as tropas da cidade cercaram a universidade e houve fortes enfrentamentos".

Desafios – Conforme Maria Ely, um dos principais desafios do ensino superior é pensar a universi-

dade como um espaço de formação ético-política. "Ela deve ser pensada para além da formação profissional, pois todas as profissões têm de ter cuidado com a vida. É então um espaço no qual devemos discutir as grandes questões nacionais, pensar projetos de país, pensar as políticas públicas... Isso precisa estar presente em todos os cursos", defende. Isso, de acordo com a professora, deve servir para fortalecer a universidade como um bem público, que é patrimônio da sociedade e que tem um compromisso de contribuir para que superemos as desigualdades deste país.

Para o mestrando Henrique, as tarefas colocadas pelo Manifesto são atuais e estão presentes. Ainda mais quando se necessita democratizar o espaço universitário, criar outros espaços de integração latino-americana, de interculturalidade. "O grito pela integração latino-americana, por exemplo, é muito atual. O documento inicia declarando: 'aos homens livres da América'. Claro, falando hoje em limites e possibilidades, poderíamos questionar por que só os homens... De qualquer forma, há um chamado que procura entender a América Latina como uma unidade para além da política, englobando a integração cultural e educacional."

Denise Leite sustenta que essa voz do passado ressoa na Conferência Regional de Educação Superior 2018 (CRES) – que ocorre neste mês em Córdoba – e irá pautar as discussões e ordenar as principais questões a serem levadas à Conferência Mundial de Educação Superior, prevista para o próximo ano em Paris. "A pedagogia da Reforma nos trouxe aquilo que conhecemos como força estudantil. Para quem procurar, ela persistiu e estava lá nos anos 60, na antiga UNE brasileira, na luta democrática contra a ditadura, na luta pela 'legalidade' em tempos brizolistas. Ela estava lá nos anos das 'diretas já', nos 'caras pintadas', na Praça de Maio, na Praça da Paz Celestial, na ocupação das escolas de ensino médio pelos estudantes." Denise avalia que essa força estudantil se renova quando os estudantes negros, os quilombolas, os alunos de escola pública, os indígenas, os transgêneros lutam por seu direito de frequentar as melhores universidades – e nelas permanecerem, até completarem seus cursos.



Novo estado, velho lar

Desde 2011, a partir dos movimentos populares conhecidos como Primavera Árabe, a República Árabe da Síria se encontra em estado de conflito incessante. Localizada no ocidente da Ásia, na região conhecida como Oriente Médio, é um país de grande diversidade étnica e religiosa, fazendo fronteira com o Líbano a oeste, a Turquia ao norte, o Iraque a leste, a Jordânia ao sul e Israel ao sudoeste. Pode-se dizer, assim, que é um território de importante interesse comercial, embora não seja um grande produtor de petróleo. A partir desse contexto, especialistas avaliam que os conflitos na Síria são muito complexos e passíveis de diferentes interpretações. Existem tanto razões internas como uma multiplicidade de outras, externas. Além dessas, localizam-se, como a já referida Primavera Árabe, acontecimentos bastante atuais para o nascimento do conflito, tanto quanto outras razões históricas que, de certo modo, estão também na origem das insatisfações populares e nos desalinhos no país e na região.

Causas e repercussões – Segundo o professor de Relações Internacionais e coordenador do Nerint/UFRGS, Paulo Visentini, a Primavera Árabe não acontece do nada, ela é, sim, um “meio”. Uma revolta que se pautaria mais para a troca de geração no poder que, ao fim das contas, começa a se orientar para uma aproximação com a China e a Rússia. Como resultados da revolta, cria-se o que Visentini nomeia de “vazio de poder”, com confluência de diversos interesses sobre o mesmo território, mas também contra alguns governos que se mostravam autoritários.

É fato que desde 1971 a Síria é comandada pela família al-Assad – antes por Hafez e, agora, por Bashar al-Assad –, sendo 47 anos de um mesmo regime no poder. Durante a onda de manifestações da Primavera Árabe, o regime al-Assad também se viu diante de protestos populares. Para Sílvia Feraboli, professora do Departamento de Economia e Relações Internacionais da UFRGS, “muitos habitantes sírios estavam insatisfeitos com a concentração de poder e riqueza nas mãos do governo Assad, e a resposta que foi dada mostra-se muito violenta”. Após esse episódio, muitos grupos infiltrados se situam entre o levante popular, financiados por forças externas. Feraboli acrescenta que os interesses de outros países, como os Estados Unidos e a Arábia Saudita, não devem desprezar a repressão do governo al-Assad que, contudo, “não é muito diferente da dos outros regimes daquela região”, finaliza a professora.

A guerra no Oriente Médio como um todo, mas usando o caso em específico da Síria, evidencia-se comumente na mídia como conflito religioso. Algo que até pode causar reflexão sobre a visão que o ocidente tem daqueles povos, pois – do que se teve como referência com os especialistas entrevistados e com o próprio chefe da missão da Embaixada da Síria no Brasil Mohamad Khafif – este é “um conflito político, entre os países inimigos da Síria e os sírios e aliados”. Para a professora Sílvia Ferraboli: “A divisão religiosa em si não é um problema”; ela tende a ser politizada e transformada em um problema. É a radicalização de um discurso xiita, por exemplo,

que vai gerar certas desavenças. A população Síria, de maioria sunita, não se opõe exatamente à família Assad por eles serem alaúitas [um núcleo do xiismo], mas pela concentração de renda. A mobilização de certos discursos religiosos é utilizada para outros determinados fins”.

Contexto histórico – Um ponto de viés mais histórico que se pode abordar dentro dos conflitos na Síria é a constituição dos estados árabes modernos a partir da Primeira Guerra Mundial, consequentemente o fim do Império Otomano. Os europeus praticam o “colonialismo” e dividem territórios em fatias. De acordo com o professor permanente da Sociologia da UFRGS, Raul Enrique Rojo: “Desenharam-se países inventados. Eu acredito que boa parte do princípio das diferenças, das distintas leituras da questão síria e médio-oriental está nesse desencontro dos tempos modernos – além de uma série de acordos. A Síria vai nascer desses acordos franco-britânicos antes mesmo do tratado de Versalhes. Já nasce, por um lado, com ressentimentos a respeito dos ocidentais, mas também como vocação para ser um grande irmão de todos esses países ‘meio artificiais’”.

Então existe a possibilidade de um retorno ao século passado, em que se localizam movimentos extensos e duradouros de conturbação da região. Ainda assim, segundo Sílvia Feraboli, talvez não se devam localizar os conflitos num tempo tão longínquo. “É difícil falar em origens. Mas vamos falar de condições de possibilidade. A Síria participou ativamente de processos de libe-

ralização econômica nos anos 90, que vinha desde a América Latina, fruto das pressões de Consenso de Washington. O sistema de privatização de muitas estatais sírias foi sequestrado por grupos que trabalhavam em torno da família que está no poder. Isso gerou descontentamento ainda maior da população. O que, entre outras coisas, em um país relativamente pobre, gera os movimentos populares de 2011 e a resposta contundente do governo Assad.”

Ainda para Rojo, o que causa maior incomodo quando se pensa no conflito é o parecer de que todos os lados, desde o princípio, emprenham-se em toda a razão. “Não há ninguém com toda a razão. Desde 1910, todo mundo tem feito besteira e cometido excessos, rompendo alianças desavergonhadamente”, conclui o professor. Em uma linha semelhante, Paulo Visentini indica a leitura de a conclusão do texto *The Battle for Syria*, de Christopher Phillips, que cita ser esta “uma guerra que todos perderam”. O professor Visentini ainda faz a provocação: “Sempre que te deparares com conflitos assim, debes perguntar: a quem interessa?”. A guerra na Síria perdura por um longo período e não parece ter, por parte deospaíses envolvidos, ímpeto para o seu fim e a busca da pacificação. “Ali chovem armas, dinheiro”, acrescenta Visentini. O embaixador sírio Mohamad Khafif contesta: “Será que os povos do Ocidente não perguntam aos seus governos de onde vêm as armas e o voluptuoso financiamento de grupos terroristas como ISIS e outros?”.

A Síria segue em estado de guerra e pouco se pode dizer quanto a até quando os con-

flitos irão se manter. Segundo Mohamad Khafif, “a Síria alcançou alguns avanços sobre os grupos terroristas e recuperou territórios, e o Estado voltou a ter controle sobre a maior parte dos territórios sírios”. O embaixador da Síria ainda afirma que o país foi vítima de uma conspiração de vários países com o objetivo de enfraquecê-lo. Khafif chama de “agressores” as nações de Israel, Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Turquia, Qatar e Arábia Saudita, dando como única solução para a paz em seu país a saída, por parte desses países, do território sírio.

Vítimas – Quando se fala de política internacional, Paulo Visentini cita a necessidade de criação de um inimigo. E esse papel varia muito com o tempo. A Síria se vê posta de um lado e de outro desse jogo de xadrez o tempo todo. Com isso, enquanto se buscam culpados ou se pensa em quem tem mais razão, um estado que se mostrava até bastante modernizante sofre as consequências do horror de uma guerra que não termina. De acordo com o Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR), já são mais de cinco milhões de pessoas refugiadas. Um dos maiores deslocamentos populacionais desde a 2.ª Guerra Mundial (1939-1945). Há quem nasça, viva e morra dentro dos campos de refugiados. Um conflito que perdura e, segundo dados da ONU, meio milhão de pessoas, aproximadamente, já foram vitimadas.

Ricardo Santos,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS

MEDIA FROM THE RUSSIAN MINISTRY OF DEFENCE





Fragmentos de identidades



Por meio de estudos com lambaris, pesquisadoras buscam identificar grupos de organismos com características comuns para que seja possível encontrar similares na natureza

Zoologia Laboratório de Ictiologia analisa DNA extraído de amostras de preservação precária

Dos interesses de duas pesquisadoras, que estabeleceram contato por conta da necessidade de obter mais conhecimento uma da área da outra, surgiu o primeiro laboratório especializado no estudo do DNA antigo (aDNA), de difícil extração e tratamento, na América Latina: o Archgen.

A bióloga Priscila Silva, pós-doutoranda no Laboratório de Ictiologia do departamento de Zoologia, trabalha com um grupo de peixes específicos, os lambaris. Em sua pesquisa, busca fazer a identificação dos grupos de organismos com características comuns por meio da Taxonomia, para que seja possível encontrar os similares na natureza. Ao se utilizar de espécimes de coleções museológicas, no entanto, apenas as características fenotípicas – ou seja, a expressão dos genes – não são suficientes para fazer a diferenciação e a identificação por conta da degradação que sofrem. “Todos os grupos zoológicos enfrentam isso. São materiais coletados há 200 ou 300 anos, conservados em um vidro com álcool. Eles ficam descalcificados, sem os dentes; até suas proporções estão deturpadas. As características fenotípicas se perdem”, explica Cláudia Malabarba, bióloga especializada em Paleontologia e professora convidada junto ao Programa de Pós-graduação em Biologia Animal.

Em seu trabalho com aDNA,

a dupla de pesquisadoras busca descobrir a real identidade de espécimes-tipo da família Characidae (lambaris), depositados em diferentes museus da Europa e da América do Norte. Elas já identificaram amostras de lambari coletadas pela Thayer Expedition, em 1864, e por Charles Darwin durante sua viagem a bordo do Beagle, em 1832.

A base de tudo – Considera-se aDNA todo DNA extraído de amostras biológicas anciãs ou recentes que não foram preservadas para estudo, que não tiveram material devidamente retirado no momento da coleta. “Um aDNA demanda muito cuidado. Quando se extrai esse material, seguimos um protocolo que demanda muito preparo. Tivemos treinamento. Dependendo da história da peça, por quanto tempo foi conservada e por que tipos de conservantes passou, consegue-se DNA melhor ou pior. Ainda assim, por melhor que seja a extração, o material será ainda muito fragmentado”, acrescenta Cláudia.

No que tange à importância desses estudos, as pesquisadoras definem o trabalho de identificação como a “base de tudo”. Um laboratório de aDNA tem amplas possibilidades. Priscila Silva fez parte do doutorado na Smithsonian Institution, em Washington (EUA), para conhecer as pesquisas

mais recentes na área que carecem de fontes nacionais ou latino-americanas. Para os especialistas, a análise do aDNA abre caminhos para a taxonomia, a conservação da biodiversidade e a recuperação de espécies extintas.

Outra possibilidade é a reinserção de espécies que praticamente só existem nos museus. “Na Europa, um grupo que estuda salmão (salmonídeos) foi aos museus para começar a estudar as populações usando aDNA daqueles animais dentro da coleção. Os pesquisadores descobriram, então, o genoma das populações que habitavam rios naquele continente e hoje não estão mais ali porque foram exterminados ou substituídos. Aí começaram a busca das populações remanescentes e encontraram uma população pequena, que foi levada para fazendas de peixes e depois reintroduzida no ambiente. Assim, recuperaram aquela ictiofauna que havia sido exterminada”, conta Priscila. Isso, segundo a bióloga, pode dar novo sentido a museus e ajudá-los ainda mais a se manterem em funcionamento.

Técnica – De acordo com Priscila, os primeiros estudos com aDNA datam da década de 1980 e tinham como um de seus objetivos a recuperação dos dinossauros, o que provavelmente inspirou o filme *Jurassic Park*. Apesar da via fantasiosa que tem a produção

audiovisual, a bióloga diz que não é algo tão absurdo assim: “É plausível a ideia de extrair o sangue do mosquito do âmbar e recuperar o DNA desses dinossauros”, afirma. Em outros campos de pesquisa, como Antropologia e História, o aDNA já foi usado no estudo de cemitérios vikings para definir a linhagem da dinastia. Além disso, múmias do Egito Antigo e corpos de épocas acometidas por doenças são analisados para estudar o avanço de determinada enfermidade ao longo do tempo e, com isso, realizar pesquisas preventivas.

O primeiro registro da técnica de aDNA ocorreu em 1984, a partir da necessidade de se recuperar o DNA de um espécime de zebra (ou Quagga), depositado em um museu havia 150 anos. O material extraído permitiu não apenas a determinação do posicionamento filogenético do animal, mas também o desenvolvimento de um projeto para cruzamento, reprodução e reintrodução de quaggas em ambiente natural.

Na UFRGS, o Archgen, laboratório de análise e processamento de aDNA ou de difícil extração, iniciou suas atividades em março de 2018. O espaço chama atenção pelo tamanho reduzido. Cláudia explica que ele “tem que ser desse tamanho” justamente pela necessidade de se manter o ambiente extremamente higienizado, devido à alta possibilidade de contaminação

do aDNA com material moderno. Antes de conquistarem o laboratório, as pesquisadoras trabalhavam de forma improvisada em diversos outros locais do Instituto de Biociências. “Tínhamos que usar os equipamentos que a Universidade possuía: realizava a extração em um local e, para ver se havia dado certo, íamos a outro. Eram quilômetros percorridos por dia com muitíssimo medo de contaminar o material. Precisávamos ter muito cuidado para encapar aqueles tubos e realizar o deslocamento”, conta Cláudia, aliviada com a instalação do novo espaço, que garante resultados mais confiáveis. “Agora quem tem problemas com aDNA dentro do departamento da Zoologia, já vem diretamente a nós”, dizem as pesquisadoras.

Priscila pondera que o trabalho com esse tipo de material, ainda que muito complicado, quando dá certo, traz um retorno encorajador. “O impacto na ciência é muito grande e, por isso, acredito que conseguimos fazê-lo mesmo em tempos tão ‘bicudos’ para se angariar verba para estudos científicos.” Através de estudos com lambaris, a pesquisadora busca identificar grupos de organismos com características comuns para que seja possível encontrar similares na natureza.

Ricardo Santos,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Os muitos lados das vias brasileiras

Infraestrutura Livro busca contribuir para a consolidação de conceitos técnicos

Abordar um tema complexo e muito importante para o contexto econômico e administrativo atual brasileiro de forma didática, sem deixar de ser uma referência para a área: esse é o desafio do livro *Vias de transporte*, de João Fortini Albano, ex-professor da Escola de Engenharia da UFRGS. A obra trata de infraestrutura de transportes e de todas as questões que tangenciam o tema, desde aspectos técnicos e conceituais básicos sobre vias de transporte, passando pela sua sinalização e administração, até a análise dos elementos socioeconômicos para definir se uma região deve receber a construção de uma via ou necessita de outro tipo de solução.

O autor parte do básico, como a definição e a história do transporte, os meios desenvolvidos pela humanidade para a atividade e as primeiras noções necessárias para se pensar o tema. O livro foi planejado de forma a atender e dar suporte a técnicos e profissionais da área, mas sem deixar de ser acessível a quem está iniciando os estudos nesse campo. Albano optou por incluir ao fim de cada capítulo exercícios para a fixação do conteúdo, como em um livro didático, visando atender estudantes de graduação ou pós-graduação e facilitando o uso do texto em salas de aula.

A experiência como professor contribui para que Albano oriente o leitor até em assuntos mais complexos, como era de se esperar em um livro técnico de engenharia. Um leitor que seja apenas curioso pode deixar o livro de lado aos primeiros sinais de equações e representações topográficas, mas ainda há espaço na obra para reflexões e contextualizações históricas das questões mais importantes a serem debatidas sobre transporte, como, por exemplo, os impactos gerados no ambiente ou as condicionantes socioeconômicas que são avaliadas na construção de vias urbanas. Com vivência no setor público, o autor dedica ainda um capítulo para falar sobre planejamento de obras, contratação de serviços e levantamento de recursos para a execução dos trabalhos.

Como o próprio escritor aponta, há muita deficiência na infraestrutura de transporte no Brasil e no estado. Quem trafega pelas estradas país afora frequentemente se depara com condições precárias de trânsito e reclamações sobre estradas esburacadas, mal sinalizadas e até inacabadas. Essas vias apresentam números preocupantes de acidentes e mortes que repercutem na economia brasileira, pondera o professor. “O progresso e o desenvolvimento do país exigem uma razoável



JOÃO FORTINI ALBANO / ARQUIVO PESSOAL

infraestrutura de transportes. Boas condições de deslocamento animam investimentos em todas as áreas, além de melhorar a qualidade de vida da população.”

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 7.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



Vias de transporte

João Fortini Albano
Porto Alegre: Bookman Editora, 2016
200 páginas | R\$ 69,00 (no site da editora)



Clube da luta feminista: Um manual de sobrevivência

Jessica Bennett
Rio de Janeiro: Fabrica 231, 2018
336 páginas | R\$ 40,00 (valor médio)

Feminismo no trabalho

O livro *Clube da luta feminista – um manual de sobrevivência (para um ambiente de trabalho machista)*, da editora de gênero do The New York Times Jessica Bennett, dialoga com mulheres em todas as profissões. Sabemos que praticamente não existem carreiras nas quais o sexo feminino não esteja presente, mas pesquisas mostram que as mulheres ainda são minoria em cargos de chefia. A publicação é quase um manual de como enfrentar os pequenos e os grandes golpes machistas do dia a dia no trabalho sem perder a compostura. A jornalista traz na publicação algumas experiências próprias em que profissionais ocupam espaços, mas não conseguem ascender na carreira. Em 1963, Betty Friedan publicou a *Mística feminina*, em que descrevia o mal-estar e a sensação de muitas mulheres da classe média que, mesmo tendo “tudo” – marido, casa e filhos –, percebiam que lhes faltava algo. Bennett diz que esse vazio já não existe. Ainda assim muitas têm a sensação de que, ao receber uma promoção, não possuem o mérito ou o preparo suficiente. Nesse livro, a autora traz os motivos pelos quais diversas mulheres ainda têm esse “problema sem nome” num contexto

distinto daquele dos anos 60. Bennett destaca o autoconhecimento feminino, os perfis autossabotadores que desenvolvemos no ambiente de trabalho. Um daqueles fáceis de identificar é a rejeita-crédito, que tem um extremo cuidado com o ego entre os colegas e esquece de que existe individualismo em “eu mereço um aumento salarial” ou “eu liderei aquele projeto”. A modéstia enraizada nas mulheres, diz a autora, é fruto de séculos de negação do crédito a mulheres por suas conquistas. “A rejeita-crédito comete o erro de pensar demais na equipe, não levando o crédito individual mesmo quando o merece – sabotando assim sua competência”, escreve. Outro perfil sabotador é o da mãezona do escritório, a ansiosa verborrágica ou seu extremo oposto, a quietinha, ou ainda a eterna assistente de reunião. Bennett dá dicas sobre como se impor e chutar para baixo do tapete o rótulo de histórica, historicamente atribuído às mulheres, enquanto os homens que expressam suas opiniões no trabalho são visto como fortes e comprometidos. Leitura leve e divertida e ao mesmo tempo bastante inspiradora. (Samantha Klein)



O homem que plantava árvores

Jean Giono
São Paulo: Editora 34, 2018
64 páginas | R\$ 40 (valor médio)

Fábula da generosidade

Nascida de uma encomenda da revista estadunidense Reader's Digest, esta história escrita há 65 anos segue encantando leitores ao narrar a sucessão de encontros entre um jovem e um solitário pastor em uma região desolada do sul da França às vésperas da Primeira Guerra Mundial. Rejeitado pelos editores do periódico, o texto acabou sendo publicado pela primeira vez em 1954 e foi mais tarde traduzido para diversas línguas. Lançando mão do melhor de sua capacidade fabuladora, o autor descreve a rotina e a obra “do personagem mais inesquecível que encontrou”, Elzéard Bouffier: homem simples que de forma paciente e inexorável dedicou sua existência a transformar uma paisagem semidesértica em uma floresta natural. Diariamente, ao longo de mais de três décadas, ele empenhou-se no plantio de sementes de carvalho, faia e bétula que colhia, selecionava e espalhava cuidadosamente durante longas caminhadas pela região da Provença. No começo de sua empreitada, o lugar era um descampado nu e monótono, onde nada poderia sobreviver além de lavandas selvagens. Nessas terras sem abrigo e tão perto do céu, situadas a cerca de mil e trezentos metros de altitude, a água era

um bem escasso. Em consequência, os viajantes se deparavam com vilarejos em ruínas caracterizados por uma desolação sem igual. Os poucos habitantes eram lenhadores que produziam carvão de madeira, vivendo com suas famílias em condições precárias nas encostas dessas terras altas. Sem mulher ou filhos, sem ser dono de nada, Bouffier pôde perambular por anos, ignorando dois conflitos mundiais e concentrando-se com obstinada insistência em sua heroica tarefa de “pastorear árvores”. O resultado: toda a região mudou e as rajadas de vento secas foram substituídas por uma brisa leve, graças aos bosques semeados pelo pastor. A gênese dessa figura insólita seria recordada anos mais tarde pela filha do autor, Jean Giono, ao referir-se a um artigo publicado em 1962. Nesse texto, Jean recordava seu pai, um sapateiro pobre que tinha o hábito de plantar árvores em suas andanças, nas quais era acompanhado pelo filho: “Claro está que não tínhamos nem terra nem tostão para comprar mudas de árvore para plantar, mas mesmo assim plantávamos alegremente. [...] Era uma alegria sem igual: alegria de fazer, alegria de imaginar o que a natureza faria desses gestos tão simples”. (Ânia Chala)



A busca pelo amor em Florbela Espanca

Fanatismo

Minh'alma, de sonhar-te, anda perdida.
Meus olhos andam cegos de te ver.
Não és sequer razão do meu viver
Pois que tu és já toda a minha vida!

Não vejo nada assim enlouquecida...
Passo no mundo, meu Amor, a ler
No mist'rioso livro do teu ser
A mesma história tantas vezes lida!...

"Tudo no mundo é frágil, tudo passa...
Quando me dizem isto, toda a graça
Duma boca divina fala em mim!

E, olhos postos em ti, digo de rastros:
"Ah! podem voar mundos, morrer astros,
Que tu és como Deus: princípio e fim!..."

"Ela é romântica, é parnasiana, porque o soneto é uma forma parnasiana, e é modernista na temática. Inclusive supera o modernismo na liberdade amorosa que canta. Ela está à frente do seu tempo." Assim Jane Tutikian, professora do Instituto de Letras da Universidade, define a escritora portuguesa que teve 22 sonetos incluídos como leituras obrigatórias para o próximo vestibular da UFRGS e que abre a série *Leituras Obrigatórias 2019 - Novos Autores*, que o JU traz nas próximas três edições. A cada mês, um artista visual é convidado a produzir uma imagem exclusiva para este espaço. Nesta primeira, o trabalho é de Adauany Zimovski.

Florbela nasceu em 1894 e desafiou os costumes da época. "Desbravadora, é a primeira mulher que faz o curso de direito em Portugal. Ela tem essa característica, que naquele momento é de pioneirismo. Acho que os avanços das questões feministas foram muito grandes, mas existem questões que não foram resolvidas, então isso torna extremamente importante o resgate da sua obra", avalia a docente.

Obra – A autora viveu em uma época em que "mulher não escrevia. Se escrevia, não publicava e se publicava, não participava dos círculos literários", sintetiza Tutikian, que ressalta cinco pontos essenciais para estudar a obra de Florbela Espanca: a forma usada (o soneto), o tema (amor) e três características de seu comportamento: erotismo, narcisismo e don-juanismo. "O entendimento deste perfil da Florbela vai constituir uma surpresa e até um desafio pra quem a ler. Por outro lado, se for lida com atenção, existe um ciclo bem determinado em sua obra. Ela busca o sujeito amoroso, se apresenta como 'a pele âmbar, as mãos macias', o narcisismo está todo aí. Ela se apresenta como quem busca o ser amoroso. Encontra o homem, perde o homem, aí aparece o dom-juanismo: 'quero amar, amar alguém aqui, além, amar a todos e não amar ninguém'. E vai completar esse ciclo buscando esse amor que ela não consegue encontrar, que é o amor de Deus. Então, no momento em que se consegue fazer, através da leitura dessas poesias, o ciclo amoroso na vida da Florbela, tudo começa a ganhar sentido."

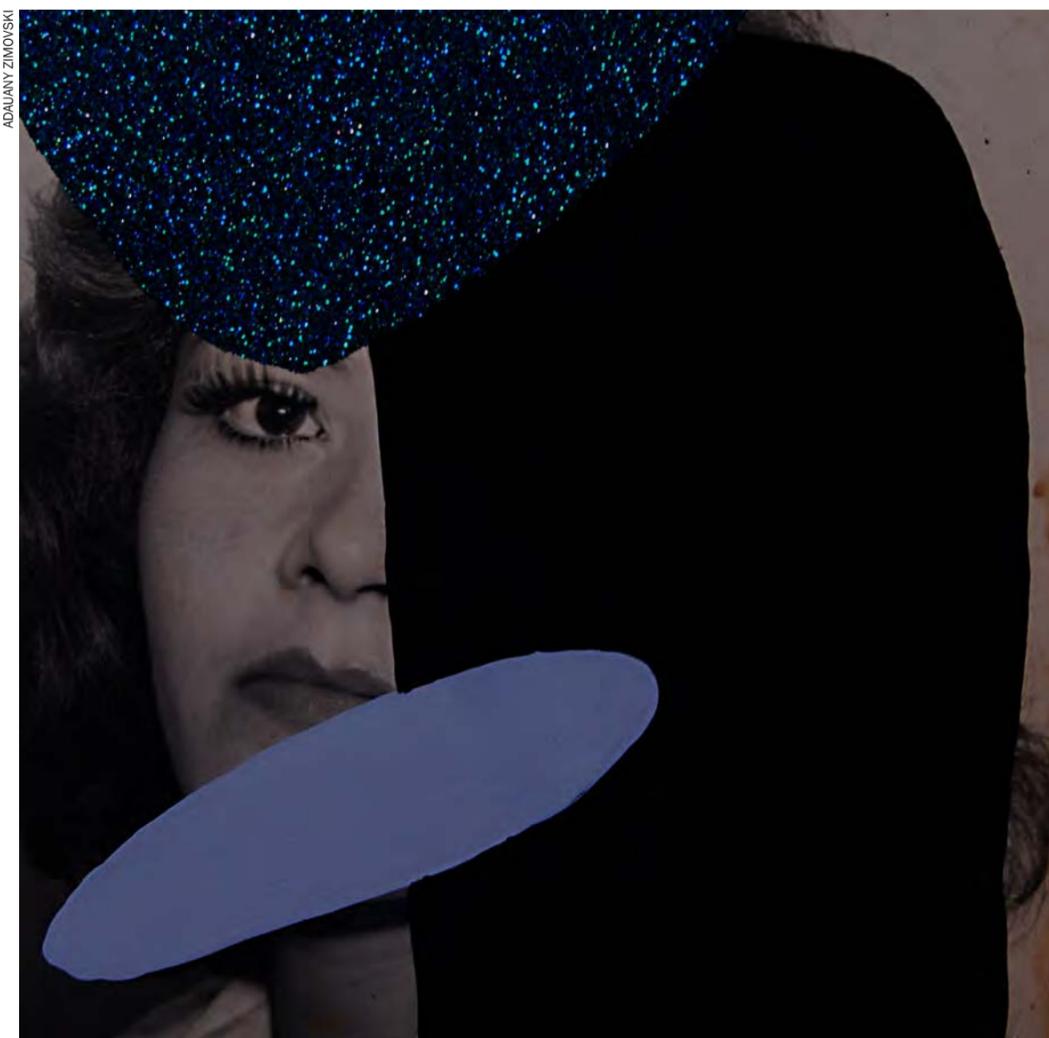
Florbela teve uma vida conturbada que ela soube explorar em sua produção literária. A poeta era fruto de uma relação extraconjugal de seu pai, que teve permissão da esposa, estéril, para ter filhos fora do casamento. Ela e o irmão, Apeles, moravam com o pai, mas não eram reconhecidos

por ele como filhos. Ainda criança, começa a apresentar sinais de transtorno nervoso diagnosticado como neurastenia, condição que dá nome a um de seus poemas. Aos 13 anos, dedica seu primeiro conto à mãe, que acabaria por falecer no ano seguinte. Casou-se três vezes, sendo que em seu primeiro casamento estava com 19 anos – relação que sofreu grande abalo por ocasião de um aborto involuntário, que acabou comprometendo sua saúde física e mental. Mas os fatos que agravaram o quadro de depressão da autora foram a morte do irmão aos trinta anos de idade, em 1928, em um desastre aéreo, e a descoberta de um edema pulmonar. Florbela Espanca cometeu suicídio em 1930, no dia de seu trigésimo sexto aniversário, em 8 de dezembro, depois de duas tentativas, tendo publicado apenas dois livros.

Seleção – A escolha das leituras obrigatórias do vestibular da UFRGS é feita por uma comissão de professores do Instituto de Letras. As trocas na lista são pensadas de forma a abordar pelo menos uma obra de cada gênero literário: conto, romance, poesia e teatro, além da canção, que passou a fazer parte da prova em 2015. Também existe a preocupação de incluir pelo menos um artista gaúcho, para contemplar a literatura regional, e um português, pois "a literatura brasileira nasce da portuguesa", explica a professora Márcia Ivana de Lima e Silva, integrante da comissão. Nessa mesma perspectiva, decidiu-se pela inclusão de traduções a partir da prova de 2019. "A literatura traduzida é parte do contexto literário nacional porque os autores leem e se relacionam com as leituras", assinala.

Cada título selecionado permanece por três vestibulares na lista de leituras da prova de Literatura. Florbela Espanca substitui seu contemporâneo Fernando Pessoa. Mas a nacionalidade foi apenas um dos fatores que levou à escolha da autora. "Optamos, conscientemente, por trazer mais mulheres pra dentro do cânone. A ideia é que haja uma paridade maior. Por enquanto são oito homens e quatro mulheres", ressalta a professora. Além disso, a escritora tornou-se um dos principais nomes da literatura portuguesa do século XX, mesmo sem reconhecimento em vida. "Ela é um dos quatro grandes nomes da poesia portuguesa, junto a Luís de Camões, Antero de Quental e Bocage", destaca Jane.

Emerson Trindade Acosta,
estudante do 8.º semestre
de Jornalismo da UFRGS



ADAUANY ZIMOVSKI

DESTAQUE

Mostra da imigração japonesa

No dia 18 de junho de 1908, o Kasato Maru, navio da esperança, vindo de Kobi, Japão, depois de 50 dias da partida, atracou no porto de Santos, em São Paulo, com 781 passageiros. Eram os primeiros imigrantes japoneses.

Naquela cidade, foram realocados em fazendas em que se cultivavam batata, arroz e, principalmente, café. Transcorridos 110 anos desde esta data, o Departamento de Difusão Cultural da UFRGS, com a coordenadoria e curadoria de João Vitor Cassela Novaes, em parceria com o Escritório Consular do Japão em Porto Alegre, traz a primeira *Expo Japão 110 Anos da Imigração Japonesa no Brasil*. A ideia inicial era realizar uma mostra apenas com as fotografias dos imigrantes, mas o Escritório Consular emprestou mais de 40 objetos que vieram incrementar a atividade.

Esse acervo reúne bonecas de porcelana (algumas retratando profissões da cultura japonesa), maquetes, bonecos de madeira (kokeshis), réplicas de pratos da culinária local, uma linha do tempo contando a trajetória da imigração Brasil-Japão no século XX, além de painéis com relatos de professores, escritores e imigrantes sobre esse processo em nosso país.

Primeiramente, a exposição foi organizada no Solarium do Instituto de Letras, no Câmpus do Vale. Atualmente está disponível no saguão da Reitoria

da UFRGS, com visitação de segunda a sexta, das 8 às 18h.

Graças à parceria do Projeto Unifoto, a mostra no Câmpus Centro traz 24 fotografias que compreendem o período histórico do ano 1908 até a década de 50 e mostram a trajetória dos imigrantes.

“O projeto aumentou com as fotos. Esses objetos tradicionais precisam vir como um plus, sendo o principal as fotos”, destaca João.

Estão presentes imagens do navio Kasato Maru, do trem que transportava os imigrantes para São Paulo, da hospedaria que os recebeu, dentre outras fotografias do acervo de instituições como o Museu Histórico da Imigração Japonesa no Brasil, o Museu da Imigração do Estado de São Paulo, a Universidade Estadual de Londrina, o Museu Histórico de Londrina, o Arquivo Público e a Secretaria da Cultura do Estado de São Paulo.

Completam a exposição, objetos pessoais de Tomoko Gaudioso, que é professora da UFRGS, e Takayuki Kurihara, que veio na primeira leva de imigrantes para o Brasil. “Conseguimos reunir esse acervo devido a várias parcerias com grandes instituições. Foi muito difícil, mas muito prazeroso”, pontua João.

Natássia Ferreira,
estudante do 6.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Kasato Maru, navio que trouxe os primeiros imigrantes japoneses

CINEMA

MOSTRA CINEMA PELO MUNDO

Realização conjunta da Sala Redenção em parceria com SESC/RS.

A GAROTA DE FOGO
Carlos Vermut | Drama, Suspense | 2016 | 127 min
Alicia tem leucemia e leva uma vida bastante regrada. Seu pai, Luís, descobre que ela deseja ter um vestido caríssimo e decide presenteá-la.

Sessões: 12 de junho, 19h; 13 de junho, 16h



A OVELHA NEGRA
Grímur Hákonarson | Drama, Comédia | 2016 | 92 min
Após 40 anos sem se falarem, dois irmãos têm de trabalhar juntos para salvar um rebanho de ovelhas em uma fazenda na Islândia.

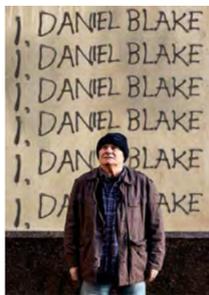
Sessão: 14 de junho, 16h

ACADEMIA DAS MUSAS
José Luis Guerín | Drama | 2016 | 92 min
Professor de filologia promove um seminário sobre o papel das mulheres como inspiradoras da arte e musas da literatura.

Sessões: 15 de junho, 19h; 18 de junho, 16h

ASSIM QUE ABRO
Leyla Bouzid | Drama | 2017 | 106 min
Verão de 2010 na Tunísia, meses antes da Revolução. Farah, uma garota de 18 anos, se junta a uma banda de rock politizada.

Sessões: 06 de junho, 16h; 18 de junho, 19h



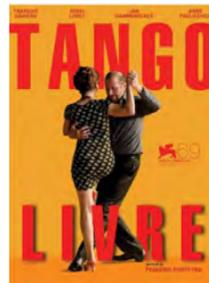
EU, DANIEL BLAKE
Ken Loach | Drama | 101 min
Homem luta para manter seus benefícios financeiros enquanto começa a envolver-se com uma mãe solteira.

Sessões: 06 de junho, 19h; 07 de junho, 16h; 19 de junho, 19h; 20 de junho, 16h

NA VENTANIA
Martti Helde | Drama | 87 min
Na Estônia, durante a Segunda Guerra Mundial, uma estudante de filosofia é mandada para um campo de trabalhos

forçados junto com a filha.

Sessões: 07 de junho, 19h; 08 de junho, 16h; 21 de junho, 16h



TANGO LIVRE
Frédéric Fonteyne | Drama, Romance | 101 min
Jean, guarda penitenciário, se encanta por Alice no curso de tango. Eles se reencontram quando ela vai visitar o marido na penitenciária.

Sessões: 08 de junho, 19h; 11 de junho, 16h; 22 de junho, 16h

TAXI TEERÃ
Jafar Panahi | Documentário, Drama, Comédia | 86 min
Câmeras instaladas em um táxi nas ruas da capital iraniana registram conversas sobre política, costumes e liberdade.

Sessões: 11 de junho, 19h; 12 de junho, 16h; 22 de junho, 19h

A VIDA EXTRAORDINÁRIA DE TARSO DE CASTRO
Leo Garcia e Zeca Brito | Documentário | 90 min
Cinebiografia do criador do Pasquim traz um painel sobre as controvérsias do jornalismo brasileiro de 1960 a 80.

Sessão: 13 de junho, 19h

MOSTRA DEMOCRACIA 23-F. O FILME
Chema de la Peña | Drama | 105 min
A história da Noite dos Rádios, um golpe de Estado frustrado na Espanha, em 1981.

Sessão: 24 de junho, 16h

ZEUS
Paulo Filipe Monteiro | Drama | 115 min
Gomes é um escritor português que vive em Lisboa durante a ascensão do fascismo.

Sessão: 24 de junho, 19h

PALME
Kristina Lindström, Maud Nycander | Documentário | 103 min
Trajetória do primeiro-ministro sueco Olof Palme, assassinado em Estocolmo em 1986.

Sessão: 26 de junho, 16h

SE NÃO NÓS, QUEM?
Andres Veiel | Drama | 124 min
Na tumultuada Alemanha Oriental dos anos 60, Bernward e sua amiga Gudrun se apaixonam e fundam uma pequena e polêmica editora.

Sessão: 26 de junho, 19h

O BOCKERER IV - PRIMAVERA DE PRAGA
Franz Antel | Drama | 90 min
O conflito com o regime comunista causa confusões para a família de um açougueiro de Viena.

Sessão: 27 de junho, 16h



VOX POPULI
Eddy Terstall | Sátira Política, Comédia | 100 min
Político de esquerda enfrenta crise da meia-idade.

Sessão: 27 de junho, 19h



A MÁFIA MATA SÓ NO VERÃO
Pif | Comédia | 90 min
Arturo narra como as loucuras da máfia têm influenciado sua vida desde a infância.

Sessão: 28 de junho, 16h

SANGUE NAS ÁGUAS
Krisztina Goda | Drama | 123 min
Celebração da Revolução Húngara de 1956 em Budapeste e nos Jogos Olímpicos de Melbourne.

Sessão: 28 de junho, 19h

O ATIRADOR
Antoine Fuqua | Thriller/Drama | 127 min
Atirador deixa o exército e desaparece sem deixar rastros.

Sessão: 29 de junho, 16h

VINCENNES, A UNIVERSIDADE PERDIDA
Virginie Linhart | Documentário | 120 min
Aberta a todos, a Universidade, criada no outono de 1968 e destruída em 1980, encarnava a possibilidade de outro sistema de ensino.

Sessão: 29 de junho, 19h

MÚSICA

RECITAIS

Trabalhos desenvolvidos no Instituto de Artes com entrada franca.
Local: Auditorium Tasso Corrêa

SARAU NO IA
Apresentações: 07 de junho, 12h30; 14 de junho, 12h30; 18 de junho, 17h30; 25 de junho, 12h30; 28 de junho, 12h30

RECITAL JOHN GILBERT (VIOLINO)
Apresentação: 05 de junho, 19h

RECITAL PROJETO CICLO SÔNICAS: MÚSICAS DE MULHERES
Apresentação: 06 de junho, 19h

SARAU DE CANTO
Apresentação: 08 de

junho, 12h

RECITAL DE JAMES ALEXANDER (VIOLINO)
Apresentação: 13 de junho, 18h

SARAU DA CLASSE DE CORDAS DO DEMUS
Apresentações: 19 de junho, 17h; 20 de junho, 18h; 21 de junho, 17h; 25 de junho, 12h30; 22 de junho, 17h

CONCERTO DA ORQUESTRA DE CORDAS EXPERIMENTAL
Apresentação: 21 de junho, 19h

RECITAL DE ANA CARLA ANGELI DE CARLI (CANTO)
Apresentação: 23 de junho, 17h30

MOSTRA DA PRÁTICA MUSICAL COLETIVA
Apresentação: 27 de junho, 12h30

SARAU (FLAUTA DOCE)
Apresentação: 28 de junho, 18h

RECITAL DE LAÍS BELINSKI ROMAN (PIANO)
Apresentação: 29 de junho, 19h

RECITAL DE KAUAN DINIZ (VIOLÃO)

Apresentação: 30 de junho, 17h30

RECITAL DE DANIEL SZUCHAMAN (FLAUTA TRANSVERSAL)
Apresentação: 30 de junho, 20h30

TEATRO

2 FUDID* S



Com base na obra *Dois Perdidos numa Noite Suja*, de Plínio Marcos, 2 Fudid*s pretende questionar e investigar a construção da identidade e a necessidade de afirmação e validação a partir do outro.

Apresentações: quartas-feiras de junho (dias 6, 13, 20 e 27), às 12h30 e 19h30

Local: Sala Qorpo Santo
Entrada franca
Classificação indicativa: a partir de 14 anos

ONDE?

► **Sala Redenção**
Av. Engenheiro Luiz Englert, s/n.º
Fone: 3308.4081

► **Auditorium Tasso Corrêa do IA/UFRGS**
Rua Senhor dos Passos, 248
Fone: 3308-4302

► **Sala Qorpo Santo**
Av. Paulo Gama, 110
Fone: 3308.3080

Meu Lugar na UFRGS

Praticar um ideal

Quando chego à Agronomia, logo à esquerda da entrada do câmpus, avisto uma área riquíssima em vegetação. Nela, uma placa de madeira coberto por plantas recepciona os visitantes com o letreiro: Estufa da Biodiversidade. Roberta Carollo, 29, estudante de Agronomia da UFRGS, se aproxima e me apresenta um dos espaços onde atua o Uvaia, acrônimo para Uma Visão Agronômica com Ideal Agroecológico. Esse grupo, através de práticas, estudos, reflexões, discussões e ações, elabora propostas alternativas produtivas e sustentáveis para a manutenção da biodiversidade, a geração de renda e trocas, recíprocas e autônomas, de conhecimento e material genético da biodiversidade com interesse agronômico. “Desde 2005, fazemos o repique de mudas e a germinação de sementes”, comenta a discente. Algumas plantas medicinais e temperos produzidos na estufa são vendidos para ajudar a custear os gastos do grupo.

O Uvaia também atua na agrofloresta que existe desde 2010. É o lugar onde o grupo mais exerce as práticas de agronomia, com a vivência do ambiente, a possibilidade do erro e, fruto das conversas coletivas, a busca de soluções para o acerto do solo. “Por exemplo, aconteceu um experimento na agrofloresta em que foram analisados todos os solos da beira do arroio Dilúvio. E o melhor solo que, inicialmente, se pressupunha ser o pior, foi o que deu o melhor resultado. A gente já vê que a regeneração da área degradada funciona”, relata Roberta. Dessa forma, segundo a graduanda que integra o grupo desde que ingressou na faculdade, em 2013, um futuro profissional terá melhor formação para lidar com um agricultor e dar assistência efetiva.

Além desses dois espaços, o grupo conta ainda com um laboratório, no qual os integrantes se reúnem para

organizar as atividades, conversar, estreitar os laços afetivos. É uma sala não muito grande, mas de amplo significado para os alunos. Espaço também de debate de outras causas, evidenciadas pelas placas espalhadas pela parede, como a que contém os dizeres “Sem feminismo, não há agroecologia”. Quando passa por nós outro integrante do grupo e eles se cumprimentam carinhosamente, Roberta complementa: “Aqui, a gente estuda, discute sobre agroecologia, coisas que não vemos em algumas cadeiras. Não que não tenha, mas no laboratório aprofundamos isso.

O Uvaia iniciou em 2003, ou seja, está completando quinze anos de existência. Na época, alunos se reuniram em volta do professor Fábio Dal Soglio para pesquisar mais sobre agroecologia. A partir daí foram surgindo projetos e espaços como a agrofloresta; a estufa, que já existia antes para pesquisa, foi se tornando mais próxima do grupo. As reuniões antigamente aconteciam na sala do professor, mas o laboratório “foi conquistado – um bom tempo depois, é verdade – após a reforma do prédio”, observa Roberta.

A estudante vê o grupo como sua família dentro do espaço universitário: “É tão importante que me faltam palavras para descrever. É onde me sinto segura; local de explicitar minhas ideias e aprofundar o conhecimento na minha área”. Ela afirma que ali dentro se forma uma relação duradoura: “Quando vêm doutorandos ou profissionais que já atuam em cooperativas, eles se misturam com os novos uvaianos e passam suas experiências para nós, inclusive manejam o solo conosco.”

Ricardo Santos,
estudante do 9.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Você tem o seu lugar na UFRGS?

Então escreva para jornal@ufrgs.br e conte sua história – ou a de alguém que você conheça – com esse local

Perfil

Antenada desde guria



FLAVIO DUFRÁ/JU

Em um primeiro momento, a professora do Instituto de Física Ana Leonor Chies Santiago Santos pode parecer tímida: fala baixinho e de maneira acanhada. Depois de uma troca inicial de palavras, percebe-se que a timidez limita-se à situação de dar entrevistas. Ela é uma grande entusiasta de viagens – intergalácticas e terrestres – e de conhecer pessoas novas e diferentes.

A menina que sempre foi muito curiosa se interessou por ciências desde cedo. Seus pais, ambos da área da Biologia, se conheceram em um evento da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Quando o pai tirou dois anos sabáticos para dedicar à pesquisa na Universidade de Oxford, na Inglaterra, levou a família para morar lá. Ana, que com oito anos convivia em ambientes acadêmicos, começou a admirar as pessoas que faziam doutorado e a querer ser como elas.

Conta que era uma aluna estudiosa, gostava de história e ciências em geral, ainda lhe custasse decorar nomes de plantas e de animais. Com 16 anos fez um intercâmbio para os Estados Unidos e voltou para finalizar o ensino médio no Brasil. Sempre muito curiosa para saber o que existe além do que podemos ver, desejava cursar Astronomia. Entrou na UFRGS em 2001 no curso de Física. Logo nos primeiros semestres, uma greve fez com que não tivesse aulas por alguns meses. O pai, que era professor universitário, aconselhou a menina a entrar na iniciação científica. Começou na astrofísica com um projeto de aglomerados globulares extragalácticos, tema que seria abordado em sua tese de doutorado e a acompanha

até hoje. “Evolução de galáxias: eu amo esse tema”, salienta. Para Ana, a faculdade foi a parte mais complicada. A teoria em excesso tornou a física algo não tão prazeroso, mas, quando ia para o laboratório fazer pesquisa, via que era com aquilo que queria trabalhar. O grupo de colegas também foi importante, todos se ajudavam de maneira que as coisas ficassem um pouco mais leves.

Cosmopolitismo – Ana ressalta que os amigos são essenciais em sua vida, tanto na academia como nas viagens. Fez doutorado na Holanda e pós-doutorado na Inglaterra, conheceu muitas pessoas que se tornaram indispensáveis em suas conquistas e na rotina profissional. A volta para Porto Alegre foi um momento difícil; a cidade, por não ser cosmopolita, limita o relacionamento com pessoas de outras culturas, mas ter a família por perto foi um ponto positivo de sua permanência no Brasil. Com facilidade para fazer amizades, ela tem nos vizinhos seus grandes amigos. E, como adora viajar, deixa aos cuidados de sua mãe seu companheiro de todas as horas, o cão Notts.

Dcoente na UFRGS, faz a parte mais prática da Astrofísica, que é a de observação. Trabalha com telescópios avançados, recebendo os dados brutos nos computadores. Quando começou a lecionar, em 2015, sentia-se um pouco insegura, não sabia se os alunos estavam gostando do que ela preparava para as aulas. Foi depois de inscrever seu projeto de aglomerados globulares no Prêmio Mulheres na Ciência de 2016 e de estar entre as vencedoras que Ana ficou mais confiante. Ela relata que foi um momento incrível e

especial, apesar de certa vergonha pela exposição. Comenta que o prêmio só reforçou a relevância de seus estudos relacionados ao magistério, uma vez que adora dar aulas. Além da premiação, Ana tornou-se em 2018 membro afiliado da Academia Brasileira de Ciências. Indicada por uma professora, diz ter ficado sabendo da surpresa por e-mail e comemorou. Ela conta que o pai, falecido no ano passado, era um grande cientista, mas enfrentava muito as coisas e as pessoas, e por isso não chegou a se tornar membro da Academia. “Ele sempre era indicado, mas era muito briguento.”

Apesar da vida profissional intensa, a professora faz ioga nas horas vagas. Comenta que isso a ajuda a relaxar e, de vez em quando, assiste a futebol e novelas. Gosta de cozinhar e fazer drinks diferentes em sua casa para os amigos. A música latina é um de seus estilos preferidos para dançar. Sua banda predileta é o Oasis, cujo cartaz dividia espaço com um pôster de Albert Einstein na parede do seu quarto de adolescência.

Com relação à representação feminina nas ciências, Ana acredita que nem sempre foram bem representadas no âmbito internacional. Hoje a UFRGS desenvolve projetos para o incentivo das meninas na ciência, o que ela considera bastante positivo. Ana gosta de pensar no futuro e nos incentivos para a renovação da ciência. Para ela, a mudança está nas pessoas mais jovens, que precisam se empolgar mais e acreditar que podem transformar as coisas.

Samara Onofre,
estudante do 6.º semestre de
Jornalismo da UFRGS



Ocupar!

TEXTO **MARCELO KUNRATH SILVA**

IMAGENS **LEONARDO SAVARIS**

Em uma das sociedades mais desiguais do mundo, a ocupação foi/é a forma possível de acesso à moradia para milhões de brasileiros. Neste país que condena parcela considerável da população à pobreza extrema, a alternativa de acesso à moradia por meio do mercado é absolutamente inviável. Mesmo políticas habitacionais supostamente populares tendem a demandar um conjunto de exigências inalcançável para a imensa maioria dos brasileiros. E, no entanto, a moradia é um direito social inscrito na Constituição Federal. É mais um dos vários direitos formalmente conquistados, mas que não se concretizam no cotidiano. De fato, a exclusão do acesso à moradia é mais um indicador da falta de efetiva cidadania de grande parte da população brasileira. Como disse uma vez uma moradora de uma ocupação irregular: “Neste país não existe direito, existe dinheiro”. Assim, a luta pelo acesso à moradia é a luta pela garantia de um direito constitucional. E o Estado, que deveria ser responsável por assegurar esse direito, é o mesmo Estado que reprime e criminaliza aqueles que lutam pelo seu direito. É o mesmo que mantém prédios fechados por décadas, se deteriorando, ao mesmo tempo que os ditos “cidadãos” dormem sob as marquises das cidades. O que está em jogo nas lutas daqueles que buscam o acesso à moradia é a construção de uma sociedade na qual usufruir direitos não seja um privilégio de poucos, mas um pressuposto da nossa humanidade comum. Ideal antigo, mas ainda distante em uma sociedade na qual milhões de pessoas são excluídas da cidadania e, por vezes, da própria humanidade. Ocupar, neste contexto, é mais que lutar por uma moradia. É concretizar na prática a efetivação dos direitos por uma vida digna. E é dignidade, acima de tudo, que emana das fotografias que compõem este ensaio.



As fotos desta página foram realizadas na Ocupação Sarai, em Porto Alegre. O prédio está, há muitos anos, em processo de desapropriação pelo governo do estado.

LEONARDO SAVARIS É FOTÓGRAFO FORMADO PELO CURSO DE TECNÓLOGO EM FOTOGRAFIA DA UNISINOS. **MARCELO KUNRATH SILVA** É PROFESSOR DO DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA E COORDENA O GRUPO DE PESQUISA ASSOCIATIVISMO, CONTESTAÇÃO E ENGAJAMENTO, E PESQUISA MOVIMENTOS SOCIAIS.

Barreiras transponíveis



Jaime dos Santos Júnior, doutorando em História, acredita que fazer-se presente em todos os espaços, por mais difícil que seja, é um ato político

Em resposta à Lei n.º 13.409/16, a UFRGS, desde o processo seletivo deste ano, passou a reservar 25% de suas vagas a pessoas com deficiência egressas do ensino público.

Neste semestre, ingressaram 48 candidatos, sendo 26 com deficiência física, 12 com deficiência visual, oito com deficiência auditiva e dois com transtorno do espectro autista. Não houve aprovados com deficiência intelectual e múltipla, condições também previstas nas modalidades de cotas.

Ao todo, 20 cursos receberam esses ingressantes. A maior concentração está em Ciências

Jurídicas e Sociais, que acolheu nove deles. Na sequência, destacam-se também Medicina, com oito, Administração, com cinco, e Medicina Veterinária, com três estudantes.

A partir desse cenário, o que é consenso entre todas as fontes consultadas para esta reportagem, o maior desafio será garantir a permanência desses alunos na Universidade por meio da disponibilização dos recursos necessários que permitam uma condição de equidade para participarem da vida acadêmica como os demais discentes.

Por mais que haja impedimentos arquitetôni-

cos, comunicacionais ou orçamentários, os entrevistados foram igualmente unânimes ao afirmar que a maior barreira a ser transposta nesse processo de inclusão é a atitudinal, a qual é reflexo dos preconceitos, medos e desconhecimento dos indivíduos frente às pessoas com deficiência.

Na UFRGS, essas barreiras estão presentes no cotidiano de alunos com deficiência, o que percebemos ao escutar o relato de suas experiências. Por outro lado, espalhadas por diferentes setores e unidades, encontramos iniciativas que se esforçam por favorecer a inclusão e a acessibilidade de todos.

Num dia úmido de garoa no Câmpus do Vale, ao descer a rampa que dá acesso ao segundo andar do Instituto de Física, o triciclo motorizado utilizado por Emanuel deslizou, mesmo com os freios acionados, e ele bateu com a perna no corrimão, machucando o joelho. Após esse ocorrido, um impasse que vinha se alongando havia dois meses foi finalmente resolvido.

Na primeira semana de aula, o calouro do curso de Engenharia Mecânica Emanuel Estevão Garcia, que tem mobilidade reduzida, já havia sinalizado ao Setor de Apoio Acadêmico (Sacad) da Escola de Engenharia que a rampa é muito íngreme, não sendo adequada para permitir o acesso.

“A partir disso, interagimos com o Departamento de Física [responsável pela disciplina] para realizar a troca de sala”, informa Mariana Brandão, servidora da Sacad. O departamento respondeu que não dispunha de sala localizada no térreo que comportasse os 60 alunos da turma. “Diante desse problema”, prossegue a técnica, “procuramos o departamento da Pró-reitoria de Graduação que intermedeia os casos de dificuldade de alocação de espaço físico. Eles fizeram uma intervenção e disponibilizaram uma nova sala, mas ela não comportava todos os alunos, ainda que no sistema constasse que sim”. Com a solução malograda, segundo o chefe do Departamento de Física, Leandro Araujo, os gerentes de espaço físico da Prograd alegaram que não haveria alternativa.

Enquanto isso, a disciplina seguia acontecendo no espaço inicial. O monitor do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (Incluir) que acompanha Emanuel nos deslocamentos pelo câmpus relatou, nesse meio tempo, que num dia de chuva teve que ajudar a frear o triciclo colocando-se na frente do equipamento. Como o impasse se prolongava, o Incluir passou a pressionar por uma solução. Esta, de acordo com Leandro, só veio após a interferência da direção do Departamento de Cursos e Políticas de Graduação da Prograd, que negociou com o Departamento de Matemática uma mudança de sala, de forma que ficasse disponível um espaço no térreo.

Emanuel diz que agora pode chegar à aula sem riscos. No entanto, lamenta: “Me chateia que fiquei passando por aquilo por dois meses até que se resolvesse a situação. Eu precisava de ajuda para subir e descer a rampa por ser muito íngreme. A primeira coisa que a pessoa com deficiência quer é a sua independência – e isso não estava acontecendo”.

O impasse chegou a uma solução, mas, como expressa Mariana, o desafio é grande. “Percebemos que a Universidade não está preparada; nós

mesmos, como técnicos, não estamos preparados. A gente busca informações, mas falta muita coisa”, avalia.

Em meio à negociação, a servidora revela que se deparou com uma barreira atitudinal. Houve uma fala, também mencionada por Emanuel, insinuando que a Sacad estaria pressionando para que houvesse um tratamento privilegiado de um aluno em detrimento de toda a turma – o entendimento era de que para ele, em particular, a rampa não servia. Adriana Arioli, coordenadora do Incluir, lembra que “a prioridade no atendimento não é porque as pessoas com deficiência sejam coitadinhas e precisem de ajuda; é uma questão de direito”.

Conceito – A ênfase nas barreiras vem em decorrência de um novo entendimento da questão consolidado na Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Antes, comenta Adriana, vigorava um modelo clínico da deficiência focado no corpo; agora, a concepção é social, deslocada para o ambiente. Segundo a lei, considera-se pessoa com deficiência quem tem impedimentos que, em interação com barreiras, possam obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições.

“Fazer-se presente sempre foi um esforço. Mas eu acho que, por mais difícil que seja, é um ato político. É melhor aparecer tendo que gritar que o espaço não está adaptado do que desistir.”

Jaime dos Santos Júnior

Foi justamente um obstáculo à participação plena que Jaime dos Santos Júnior, doutorando em História, encontrou no auditório do Instituto Latino-americano de Estudos Avançados (Ilea) quando foi convidado para dar uma palestra. Ele tem mobilidade reduzida em função de um quadro de esclerose múltipla e usa cadeira de rodas. “Há lugar para cadeirante, mas é lá no fundo, na plateia”, relembra. Mesmo assim, aceitou ser carregado até o palco: “Fazer-se presente sempre foi um esforço. Mas eu acho que, por mais difícil que seja, é um ato político. É melhor aparecer tendo que gritar que o espaço não está adaptado do que desistir”.

Ele rejeita, porém, qualquer atribuição de heroísmo. “As pessoas acham bonito: ‘Ele está fazendo faculdade’. Que nada: é o que dá para fazer! Não dá para carregar saco de

cimento. Não tem nada de superação nisso”, diverte-se. O que não significa que não haja obstáculos a transpor, especialmente no Câmpus do Vale – a começar pelo acesso de pedestres ao descer do ônibus, dificuldade que já motivou inclusive uma carta aberta à UFRGS.

Em relação a isso, Andrea Loguercio, vice-superintendente de infraestrutura, argumenta que a obra da plataforma elevatória ao lado da escadaria de acesso ao câmpus foi abandonada pela empreiteira em 2014 e que os trâmites burocráticos para retomá-la vêm se arrastando desde então.

Naturalidade – José Maurício da Silva, estudante do oitavo semestre de Psicologia, conta que não teve muita dificuldade de adaptação à Universidade, tendo contado com auxílio do Incluir na transcrição de materiais impressos para uma versão digital acessível.

Ele diz que costuma tratar com bastante naturalidade a conversa sobre a deficiência. Assim, no início do semestre, aborda diretamente os professores: “Bom dia, sou um aluno cego. Não nasci sabendo tua disciplina. Tu não nasceste sabendo como lidar com um cego. Então, por favor, tira tuas dúvidas comigo que a gente vai conseguir levar o curso numa boa”.

Desde março deste ano, após um curso de capacitação de um mês, circula pela Universidade na companhia de Calvin, cão-guia treinado por alunos de um curso de especialização oferecido pelo Instituto Federal Catarinense. Como esses animais treinados ainda são raros no país – existem apenas cerca de 150 –, ele costuma orientar as pessoas: “É importante saber que, quando está com o arreo e a guia, o cão está em serviço, logo, em constante vigília para a prestação desse serviço. Ao acariciar o Calvin, os indivíduos geram o risco de ele se desconcentrar e me colocar em risco, além de o deseducarem”. Por lei, o cão-guia pode acessar todos os espaços de uso coletivo.

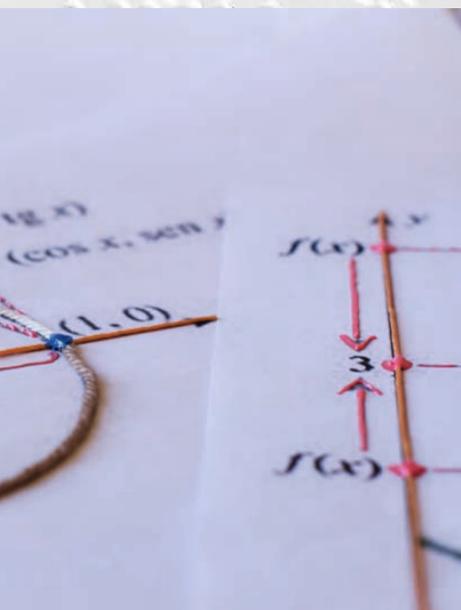
A companhia de Calvin reduziu a maior dificuldade que encontra na Universidade: a ausência, nos espaços internos dos câmpus, de piso podotátil – como aqueles encontrados em calçadas e que têm círculos ou listras em relevo – ou pavimentos que favoreçam a orientação da pessoa cega. “A gente não consegue transitar com autonomia”, lamenta. Uma razão para essa carência, aponta a vice-superintendente de infraestrutura, é o fato de a legislação referente à acessibilidade ter divergências com aquela relativa ao patrimônio histórico, que restringe a possibilidade de colocação de piso podotátil no Câmpus Centro, por exemplo.



O estudante de Design Lucas Rufino, no alto, adapta brinquedos para crianças com deficiência física. Abaixo e por último, material didático adaptado para alunos com deficiência visual pela equipe do Incluir. No meio, a revisora de braille Cristina Fumaco analisa embalagem de geleia acessível



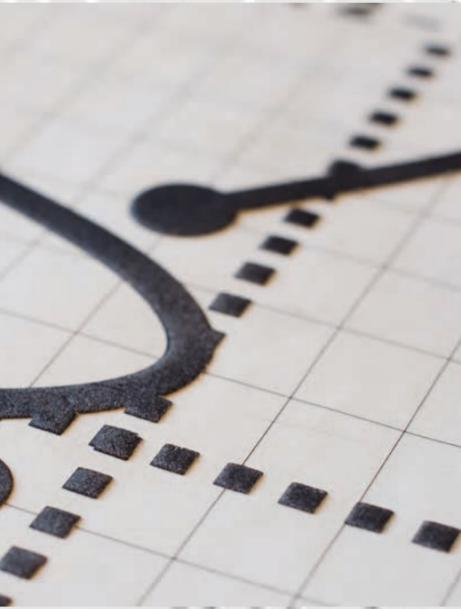
GUSTAVO DIEHL/SECOM



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM



GUSTAVO DIEHL/SECOM



ROCHELE ZANDAVALLI/SECOM

Conteúdos acessíveis

Se a Universidade enfrenta desafios para se tornar de fato acessível, há algumas iniciativas que já se desenvolvem em seu interior e podem ser vetores de disseminação de uma cultura inclusiva. Exemplo disso é o grupo ComAcesso – Comunicação Acessível, que lida com a acessibilidade de conteúdo.

Coordenado pelos professores Eduardo Cardoso, dos cursos de Design Visual e de Produto, e Thiago Coimbra, do bacharelado em Letras-Libras, o projeto compreende três eixos: educação inclusiva, mediação cultural e comunicação institucional. No primeiro, atua em parceria com a Secretaria de Educação a Distância no desenvolvimento de ferramentas de acessibilidade para cursos online com foco em interpretação em Libras e legendas para surdos e ensurdecidos. No segundo eixo, junto com o Núcleo de Cultura Acessível da Pró-reitoria de Extensão (Prorext), oferece serviços de mediação para

o Museu e o Planetário. No terceiro, adapta a comunicação produzida na Universidade para diferentes públicos. “Se temos mais de nove servidores surdos e ao menos dois com deficiência visual e enviamos um convite sem audiodescrição ou tradução em Libras, esse público não é contemplado”, adverte Eduardo.

O docente desenvolve também o projeto de extensão *Mil brinquedos, mil sorrisos*, que oferece oficinas sobre adaptação de brinquedos e produção de acionadores que dão acessibilidade a crianças com deficiência física. A iniciativa existe desde o ano passado e tem um viés de formação e multiplicação, mais do que de doação de brinquedos.

A centralidade da formação também motivou a professora Priscila Zavadil, do departamento de Design e Expressão Gráfica, a adotar a temática da acessibilidade na disciplina Design de Embala-

gens II, ofertada em parceria com Eduardo. Ela faz questão de frisar que não é especialista na área de inclusão, mas pensa ser importante trazer o assunto para a sala de aula e mostrar que é possível, e mesmo necessário, contemplar essas questões na elaboração dos projetos. No segundo semestre de 2017, como trabalho final, os alunos elaboraram uma embalagem de produtos alimentícios voltada para pessoas com deficiência visual.

Cristina Fumaco e Marinês Lorenz, ambas deficientes visuais e servidoras do Incluir, foram convidadas pelos docentes para prestarem consultoria aos alunos. A avaliação de Cristina foi positiva: “Eles expuseram suas ideias, o que eles gostariam de fazer. A gente falou o que era importante para nós, como era a nossa ida ao mercado. No final do semestre, nos chamaram novamente e apresentaram as embalagens e nós avaliamos se estavam adequadas”.

Pedagogia Bilíngue

A fim de suprir a demanda por formação de educadores capacitados a atuar em salas de aula bilíngues, o Instituto Nacional de Educação de Surdos gestou um curso de Pedagogia Bilíngue em modalidade EAD. A UFRGS, além de colaborar no planejamento, sedia um dos 13 polos espalhados pelo país.

A primeira turma teve início neste semestre e é composta por

15 estudantes ouvintes e 15 surdos. Liliane Giordani, coordenadora do polo e professora da Faculdade de Educação, informa que aqueles não necessariamente dominam língua de sinais e que estes não dominam plenamente a escrita do Português.

“A maioria dos alunos já tem experiência em docência; outros são intérpretes de Libras e querem tra-

balhar no ensino. Entre os surdos, a busca é por uma possibilidade de aperfeiçoamento, compreendendo que nesse modelo há um espaço maior de reconhecimento da língua, facilitando a formação. Essa graduação se torna atrativa para esse público pela adaptação dos materiais e pela possibilidade de interação em Libras”, avalia a docente.

Espaço de referência

O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão – conhecido como Incluir – é local de referência para todas as instâncias da UFRGS no que concerne à inclusão, acessibilidade e permanência de pessoas com deficiência.

Isso não significa, contudo, que seja o responsável exclusivo por esse público. Adriana Arioli, tradutora-intérprete de Libras e coordenadora do Incluir, alerta: “A gente percebe que é muito recorrente o Núcleo ser visto como um atendimento educacional especializado ou como a sala de recursos de escolas, para onde direcionam as crianças com deficiência. Entendemos que as pessoas com deficiência são alunas da Universidade – como qualquer estudante”. Para favore-

cer esse entendimento, o fluxo dos processos, que antes se iniciava no núcleo, agora parte das comissões de graduação, as quais preenchem um formulário específico com as necessidades do estudante com deficiência no momento do ingresso de calouros. “Afinal”, observa a servidora, “o vínculo do aluno é com a unidade, é onde ele fará toda a sua trajetória acadêmica e onde os problemas têm que ser resolvidos. Isso também nos deixa com mais tempo para assessorar as próprias comissões e os departamentos”.

Na estrutura da Universidade, o Incluir está vinculado à Pró-reitoria de Gestão de Pessoas e existe desde 2014. A equipe é composta por uma psicóloga, uma assistente social, dois estagiários, uma revisora de

braille, oito tradutores-intérpretes de Libras, duas assistentes administrativas e 10 bolsistas.

No momento, o Incluir atende às demandas dos indivíduos ou setores que o procuram. “A gente, a princípio, não sabe onde todas as pessoas com deficiência estão, já que elas podem ou não solicitar assistência”, informa Adriana. Para obter dados mais precisos e poder ampliar os atendimentos, está sendo elaborado um mapeamento: todas as pessoas vinculadas à UFRGS serão instadas a preencher, no portal, um formulário de autodeclaração. “Se for uma pessoa com deficiência, ela informará o tipo de deficiência e o recurso que utiliza. Assim, poderemos mapear alunos e servidores por unidade”, explica.

Por uma nova atitude

Instituir uma cultura inclusiva é um desafio a todas as instituições. Não basta a lei ou mesmo um plano de ação para garantir a inclusão. Isso demanda uma análise por parte do gerenciamento e das pessoas, principalmente no que concerne ao respeito às diferenças. A gente só consegue avançar se isso estiver para além do papel. Com essas colocações, o professor de Fisioterapia Francisco Ricardo Lins, pesquisador na área de Educação Inclusiva e presidente da Comissão Permanente de Apoio a Estudantes com Necessidades Educacionais Especiais (Caene) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), busca refletir sobre as ações que tornam sua instituição referência de boas práticas no país.

“A gente vem anualmente trabalhando com questões de ordem atitudinal, priorizando a discussão da inclusão no âmbito da formação dos servidores e dos estudantes, mas percebemos que esse ainda não é um traço que esteja inserido na cultura da instituição. Isso leva tempo”, opina. Por outro lado, segundo ele, já há maior conscientização dos gestores, inclusive trazendo a discussão para a agenda institucional, de modo que cada setor ou unidade possa contribuir para garantir os direitos dessas pessoas.

O docente credita os avanços que a universidade vem alcançando ao fato de a gestão central ter tomado a inclusão como prioridade. Segundo ele, no plano de desenvolvimento institucional (PDI) – com vigência de 2010 a 2019 – há um capítulo específico sobre a política de inclusão, a qual está posta nas diversas dimensões do plano de gestão da administração, além de em outras normativas, assegurando os direitos desses estudantes e fortalecendo os princípios de inclusão e acessibilidade em diversos setores.

Estrutura – Ingressaram neste ano, o primeiro com reserva de vagas, 131 pessoas com deficiência. Estas vão se juntar aos mais de 300 alunos que já recebem algum tipo de atendimento da Caene. Isso porque a comissão, além do público-alvo

definido na política, acolhe outras condições que geram necessidades educacionais especiais, como transtornos específicos de aprendizagem e de saúde mental.

Para tanto, desde 2010, quando foi criada em resposta ao que fora estabelecido no PDI, a Caene – que está vinculada ao Gabinete do Reitor – vem estruturando uma equipe que hoje conta com dois psicólogos, dois assistentes sociais, sete pedagogos, uma fisioterapeuta, uma designer gráfico, 18 intérpretes de libras, um revisor de braille, um técnico em assuntos educacionais e um assistente em administração. Do total, 26 são servidores e oito são terceirizados.

Cotas – A nova realidade trazida pela reserva de vagas, porém, está forçando uma reconfiguração em termos de como o atendimento vai se dar. “Estamos trabalhando na perspectiva de um novo modelo de atenção que possa atender os alunos com deficiência. O grande entrave hoje, que acredito não ser só da Caene, é que não temos estrutura nem física nem humana para dar conta dessa realidade. Existem hoje algumas universidades, entre as quais acredito que esteja a UFRN, que têm tido um suporte institucional maior e têm conseguido agregar vários profissionais, mas isso não significa que não demandemos mais servidores, inclusive alguns que a política sinaliza, mas que não existem no quadro, como guias-intérpretes, audiodescritores e transcritores – e seria fundamental tê-los na equipe”, pontua.

Tais serviços são prestados por meio da terceirização ou da contratação por tempo determinado. O docente ressalva, entretanto, que é preciso ter cuidado com essa saída, pois se criam ações e projetos que geram a demanda, a qual depois pode não mais ser atendida. “O que hoje temos de orientação é que as instituições têm que arcar com essas despesas – o MEC nem cria a vaga, nem se responsabiliza por custear o serviço”, lamenta.

Formalização – Desde 2016, a Universidade Federal de Pelotas

(UFPEL) conta com um Plano Institucional de Acessibilidade que faz uma análise da situação de inclusão e traça um plano de ação para o quadriênio. Essa iniciativa provocou uma reviravolta na estrutura de atendimento, de forma que a reserva de 23% das vagas para PcDs teve início já no primeiro semestre de 2017 – um ano antes de que isso se tornasse obrigatório por força de lei.

Antes disso, o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão (NAI), criado em 2008 junto à Pró-reitoria de Graduação, direcionava-se especificamente para a constituição do grupo de tradutores-intérpretes em Libras. Em 2014, com a chegada de uma nova servidora técnico-administrativa, passou a atender a outras demandas. “Somente em janeiro de 2017 é que o NAI sofre alterações em termos de funcionamento, infraestrutura e tamanho da equipe – hoje com 16 profissionais e 8 bolsistas –, passando a ser inserido na Coordenadoria de Inclusão e Diversidade, vinculada ao Gabinete do Reitor”, revela a professora de Ciências Biológicas Rita Cássio, pesquisadora na área de Necessidades Educativas Especiais e coordenadora do núcleo.

Se até 2016 atendia, em média, 30 alunos, atualmente, o NAI acolhe mais de 130 estudantes com deficiência, transtorno do espectro do autismo, altas habilidades e superdotação – público atendido pelas cotas. Segundo a docente, o cotista, tão logo efetive sua matrícula, passa por uma avaliação na sessão de Atendimento Educacional Especializado, que elabora um documento orientador e encaminha a um aluno-tutor, se for o caso.

O programa de tutoria, na avaliação de Rita, tem se mostrado um dos pontos mais satisfatórios do trabalho do NAI, pois não só tem possibilitado a qualidade das aprendizagens dos alunos com deficiência, como tem criado no interior dos cursos a consciência e a visibilidade de que a inclusão necessita, além de favorecer aos tutores que levem a conscientização sobre o tema para seu futuro exercício profissional.